

Diário da Assembléia

Nº 3.016

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 1974

ANO IX

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielse Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares — REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista — REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Ney Rodrigues — REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral — REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins — REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Maurício Fruet (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo — REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel — REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.) — REUNIÕES — As terças-feiras — SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros — REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior — REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielse Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.) — SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho — REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.) — Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 39.ª Sessão Ordinária
Realizada em 16 de Abril de 1974 — (Terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Deputados Jorge Sato e Borsari Neto.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Álvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Lopes Junior — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (41); achando-se ausentes os srs. Deputados: Santos Lima — Antonio Costa — Arizone Araujo — Arthur de Souza — Ivo Rocha e Paulo Camargo. (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM N.º 18-74

Curitiba, 4 de abril de 1974.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 27 de dezembro de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e o Ministério da Saúde, através da Divisão Nacional do Câncer, para coleta de dados estatísticos sobre casos de neoplasmas malignos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — EMILIO GOMES — Governador do Estado

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
 SECCIONAL JURIDICA

Termo de Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, através da Divisão Nacional de Câncer, e o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde Pública, para a coleta de dados estatísticos sobre casos de neoplasmas malignos.

Aos vinte e sete (27) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e três (1973), no Gabinete do Ministro da Saúde, presentes, de um lado, o Ministério da Saúde Pública representado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Doutor Mário Machado de Lemos, com a participação da Divisão Nacional de Câncer representada pelo seu Diretor, Ilustríssimo Senhor Doutor João Sampaio Góes Júnior e, de outro lado, o Governo do Estado do Paraná representado pelo Excelentíssimo Senhor Governador Doutor Emilio Hoffmann Gomes, com a participação da Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde Pública do Paraná, neste ato representada pelo seu Titular, Excelentíssimo Senhor Doutor Ivan Beira Fontoura, resolvem celebrar o presente convênio, para a coleta de dados estatísticos sobre casos de neoplasmas malignos constatados no Estado do Paraná, objetivando estabelecer um Registro de Câncer, tudo de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA I — Convenções — Ficam convencionadas as designações do "Ministério" para o Ministério da Saúde, do "DNC" para a Divisão Nacional de Câncer, do "Governo do Estado" para o Governo do Estado do Paraná e de "Secretaria" para a Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde Pública do mesmo Estado.

CLAUSULA II — Objeto — O presente convênio tem por objeto a realização de investigações estatísticas sobre casos de neoplasmas malignos ocorridos no Estado do Paraná, iniciando-se pelo Município de Curitiba, devendo estender-se progressivamente para outras áreas do Estado.

SUBCLAUSULA UNICA — Para a consecução da finalidade fixada nesta Cláusula, será elaborado pelos convenientes um Plano de Trabalho, atendidas as normas ditadas pela DNC, observada a Classificação Estatística Internacional de Doenças, Lesões e Causas de Óbitos, Revisão de 1965, objetivando a:

- promover investigações epidemiológicas e estatísticas sobre neoplasmas malignos;
- organizar o Registro de Câncer e manter o seu funcionamento;
- apurar dados de morbidade, incidência e prevalência;
- estudar a distribuição nos diversos grupos de população, considerando sexo, idade, cor e profissão dos pacientes, localização anatômica, tipo histológico e extensão do neoplasma;
- analisar a ocorrência em épocas ou áreas diversas;
- investigar a correlação ou fatores coincidentes e a possibilidade de estes influírem sobre a patogenia ou evolução do processo neoplásico;
- apurar dados de mortalidade por câncer;
- colaborar no combate ao câncer no âmbito da epidemiologia, e também as atividades de pesquisa e ensino.

CLAUSULA III — Coordenação e Execução — A coordenação e execução do Plano de Trabalho a que se refere a subcláusula única da cláusula II ficará a cargo da Secretaria que poderá manter convênios com outras instituições visando um maior intercâmbio e subsídios para investigações epidemiológicas e estatísticas.

CLAUSULA IV — Obrigações do Ministério — O Ministério, através da DNC, obriga-se a:

- prestar auxílio técnico quando este se fizer necessário;
- fornecer todo o material impresso destinado à coleta de dados estatísticos;
- contribuir, durante o exercício de 1973, com a quantia de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) que correrá à conta dos recursos extraordinários da Campanha Nacional de Combate ao Câncer, da DNC;
- contribuir, nos exercícios subsequentes a 1973, caso o presente convênio permaneça em vigor, com a quantia a ser fixada pela Campanha Nacional de Combate ao Câncer, da DNC.

CLAUSULA V — Obrigações do Governo do Estado — O Governo do Estado, através da Secretaria, obriga-se a:

- ceder, devidamente mobiliado e aparelhado, o local para a instalação do Registro de Câncer;
- responsabilizar pela implantação e funcionamento do Registro de Câncer do Paraná;
- realizar a coleta de dados estatísticos, na rede médico-hospitalar, consultórios e laboratórios especializados, visando o atendimento dos objetivos constantes da cláusula II;
- comunicar, semestralmente, à DNC os resultados dos trabalhos realizados, analisados e avaliados;
- publicar, anualmente, os resultados da coleta, apuração, análise, apresentação gráfica e tabela dos levantamentos feitos pelo Registro de Câncer.

CLAUSULA VI — Contribuição e Prestação de Contas — A contribuição a que se refere a alínea "c" da cláusula IV será entregue à Secretaria, mantenedora, coordenadora e executora do Registro de Câncer do Paraná, que apresentará prestação de contas relativa à aplicação dos recursos, na forma da legislação vigente.

CLAUSULA VII — Vigência e Eficácia — O presente convênio é firmado pelo prazo de 5 (cinco) anos, e entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial.

CLAUSULA VIII — Rescisão, Extinção ou Modificação — O presente convênio poderá ser rescindido pelo inadimplemento de suas cláusulas e condições, ser considerado extinto pela superveniência de norma legal que o torne material ou formalmente impraticável, ou modificado em suas cláusulas e condições, mediante termo aditivo.

CLAUSULA IX — Fiscalização da Execução — O Ministério fiscalizará a execução do presente convênio, através da Delegacia Federal de Saúde no Estado do Paraná que, semestralmente, apresentará relatório à DNC, informando sobre o desenvolvimento dos trabalhos do Registro de Câncer.

E, por estarem acordos, depois de lido e achado conforme foi o presente Convênio assinado a fms do livro próprio, pelas partes supramencionadas, em presença das testemunhas abaixo assinadas e por mim que o lavrei, dele se extraindo cópias para sua publicação e execução.

EMILIO HAFAMANN GOMES — Governador do Estado do Paraná

MARIO MACHADO DE LEMOS — Ministro da Saúde

IVAN BEIRA FONTOURA — Secretário de Saúde Pública

JOAO SAMPAIO GÓES JUNIOR — Diretor da Div. Nac. de Câncer

TESTEMUNHAS:

assinaturas ilegíveis

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 19-74

Curitiba, 9 de abril de 1974.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 9 de janeiro de 1974, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com a Prefeitura Municipal de Quatro Barras, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamento para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — EMILIO GOMES — Governador do Estado

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Quatro Barras, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia Local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos nove dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Sr. Anibal Borba Cordeiro, Prefeito Municipal de Quatro Barras, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21.07.72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 21 de 24.12.73, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto de Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações da FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstancia-

dos em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de previo planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação Policial Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município, ou quando recolhidos por razões administrativas repór de imediato análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior;

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retifica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas nas esferas da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio.

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 09 de janeiro de 1974.

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança

ANIBAL BORBA CORDEIRO — Prefeito Municipal

Alvari da Silva Fressato — Testemunha

Agostinho Biss Jr. — Testemunha

A Comissão de Constituição e Justiça

OFÍCIOS:

Sob o n.º 24-74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n.º:

92-73: — Do Senhor Deputado David Federmann, que visa transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga Tibagi ao Município de Castro. — A C.C.J.

Sob o n.º 067-74, do Senhor Gastão de Abreu Pires, Provedor da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, comunicando a posse da nova Mesa Administrativa daquela Casa. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após a anuência do Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Bernardo Stamm, ocorrido no dia 9 do corrente mês, em União da Vitória.

Era o Senhor Bernardo Stamm um dos capitães da indústria e pela sua relevante atuação e dinamismo contribuiu com uma grande parcela para o desenvolvimento da região, abrindo-se com o seu passamento uma lacuna difícil de ser preenchida no rol dos homens que ajudaram o Paraná a se projetar no cenário nacional.

Requer, outrossim, seja dada ciência do teor deste Requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1974.

(a) — Domicio Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pelo surgimento de mais um vibrante periódico em nossa Capital, o "JORNAL DOS BAIRROS", que publicou o seu primeiro número dia 26 de março de 1974.

Propriedade da J.B. Editora Ltda., o jornal está fadado a ser um grande sucesso, tendo em vista ser especializado nos assuntos de interesse geral dos bairros de Curitiba.

Tendo como Diretores os jovens Manoel, Rafael e Daniel Dias, e uma valerosa equipe de jornalistas e redatores de grande envergadura.

O seu primeiro número agradou bastante o público e muito promete neste sentido. Outro aspecto interessante a ser salientado é a distribuição gratuita aos leitores, sob o patrocínio dos assinantes.

Assim, pelo auspicioso acontecimento, esperamos seja o presente aprovado, com votos de pleno êxito e feliz e oportuna iniciativa.

Sala das Sessões, 04 de abril de 1974.

(a) — Igo Iwant Losso

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado infra assinado, no uso de suas atribuições regimentais, solicita a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, seja oficiado aos Excelentíssimos Senhores General Ney Amintas de Barros Braga, Ministro de Educação e Cultura e Emílio Gomes, Governador do Estado, reivindicando a federalização da Universidade de Maringá para o que já foram autorizados os estudos para ver da viabilidade daquela federalização.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1974.

(a) — Jorge Sato

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário requer, que, conste nos Anais da Casa, as conclusões e resoluções do I Congresso de Professores Licenciados do Paraná, realizado em Apucarana, conforme documento anexo.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1974.

(a) — Alvaro Dias

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, requer na forma regimental, após ouvido o Plenário a indicação de um Deputado, sem ônus para esta Casa, para representar a Comissão de Turismo, no XVIII Congresso da Confederação de Organizações Turísticas da América Latina — COTAL —, na cidade de Buenos Aires, República da Argentina, nos dias 21 a 27 do corrente.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1974.

(a) — Xenofonte Villanueva

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições parlamentares, requer, na forma regimental, se oficie ao Excelentíssimo Senhor Dr. José Maria Azevedo, Superintendente do Instituto de Previdência do Estado (IPE), agradecendo sua Excelência pelas providências tomadas a fim de se instalar um Posto de Atendimento na cidade de Arapongas, a ser brevemente inaugurado.

Requer, outrossim, após a aprovação deste se dê ciência ao homenageado e à Câmara de Vereadores de Arapongas.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1974.

(a) — Paulo Poli

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Assembléia Legislativa,

REQUER:

1.º — seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes do Paraná, solicitando-lhe haja por determinar efetivação de estudos visando a construção de uma ponte sobre o rio Iguaçu, na estrada que liga os Municípios de Balsa Nova e Contenda, Pr.

2.º — seja, desta decisão, encaminhada cópia de inteiro teor aos Exmos. Srs. Prefeitos Municipais de Balsa Nova e de Contenda, respectivamente.

3.º — seja feita desta decisão, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Sr. Governador Emílio Gomes, para conhecimento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 15 de abril de 1974.

(a) — João C. Fadel

JUSTIFICATIVA

A estrada que liga os Municípios de Balsa Nova e Contenda encontra-se interrompida justamente sobre o rio Iguaçu, em virtude da queda da ponte que naquele lugar existia e que até hoje não foi reconstruída, o que vem ocasionando transtornos para a economia de ambos os Municípios, essencialmente agrícolas e que usam aquela via para escoamento de sua produção.

A Secretaria dos Transportes agora que sob a orientação segura de seu novo e competente Titular inicia uma dinâmica de atuação para solução desse tipo de problema, acreditamos que nosso Requerimento esteja sendo formulado oportunamente e que, assim, seja atendida a solicitação nele contida, que virá redundar em benefício de ponderável parcela da comunidade produtora paranaense.

Além do mais, a não reconstrução da ponte sobre o rio Iguaçu, na estrada que liga os Municípios de Balsa Nova e Contenda, projeta uma imagem que não é a verdadeira quanto à administração estadual, qual seja, a de que não há interesse do Poder Público em atender de imediato às justas reivindicações comunitárias. A região a que serve a estrada é eminentemente agrícola e o escoamento da produção deve ser feito durante a safra, eis que aqueles Municípios não dispõem de unidades armazenadoras e, por isso, correm os cereais, o risco de serem perdidos por ficarem expostos ao tempo, enquanto aguardam transporte que não virá, porquanto a via está interrompida. As consequências sócio-econômicas da situação poderão facilmente ser aquilatáveis e cremos não haver necessidade enfatizarmos a responsabilidade do Governo do Estado para solução do problema retro exposto.

Os nobres Deputados certamente concordarão com a oportunidade deste Requerimento e, assim, darão ao mesmo seu honroso e indispensável apoio.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Colenda Assembléia Legislativa,

REQUER:

1.º — seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes solicitando-lhe haja por bem determinar efetivação de estudos visando a implantação de pavimentação asfáltica da denominada ESTRADA VELHA, que liga os Municípios de Curitiba e Araucária, Pr.

2.º — seja, desta decisão, encaminhada cópia de inteiro teor ao Senhor Prefeito Municipal de Araucária, Pr.

3.º — seja ainda, desta decisão, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Sr. Governador Emílio Gomes, para conhecimento.
Palácio "Dezenove de Dezembro", 15 de abril de 1974.

(a) — João C. Fadel

JUSTIFICATIVA

Com a implantação da Refinaria da Petrobrás no Município de Araucária, a Rodovia do Xisto passou a ter entre Curitiba e aquele ponto das obras um tráfego pesado e intenso que, inclusive, já determinou a realização de vários reparos na pista de rolamento daquela rodovia. Por outro lado diminuiu em muito a margem de segurança naquele percurso, porquanto as viaturas pesadas em manobras, muitas vezes ficando estacionadas por longo tempo no acostamento ou mesmo sobre a pista, tem determinado estrangulamento na fluência do tráfego, especialmente para os ônibus das empresas concessionárias de transporte intermunicipal de passageiros, impondo maior tempo de viagem e dificultando, de modo geral, a locomoção de grande número de pessoas que, residindo em Araucária, tem que deslocar-se diariamente à Curitiba, onde exercem sua profissão.

Além do mais, as frequentes obras de reparo e conservação do trecho também determinam interdições periódicas da rodovia, prejudicando altamente os que demandam à Lapa, Contenda e São Mateus do Sul.

Entendemos, por isso, que o asfaltamento da Estrada Velha Curitiba-Araucária, daria uma nova opção para os veículos que não tivessem que, obrigatoriamente, passar pelo trecho onde se realizam as obras de implantação da Refinaria da Petrobrás, ao mesmo tempo em que possibilitaria maior fluência do tráfego de veículos que viessem ou demandassem às cidades do sul. Significativa, também, a repercussão que o asfaltamento teria sobre a parte sul de Curitiba, especialmente se levarmos em conta que a estrada beneficiaria o setor onde está sendo implantada a Cidade Industrial, o que seria mais uma obra de infra-estrutura para aumentar o incentivo de instalação ali de novas unidades industriais.

A Secretaria dos Transportes certamente já teve sua atenção voltada para o assunto e, assim, este Requerimento visa apenas dar ênfase à necessidade do asfaltamento da Estrada Velha Curitiba-Araucária, dando aquele Órgão prioridade para execução da obra.

Os nobres Deputados certamente concordarão com a oportunidade do presente e, por isso, darão ao mesmo seu honroso e indispensável apoio.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 32-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Artigo 1.º — Os contribuintes ou responsáveis relativamente a créditos tributários originados de Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), anteriores a 1.º de janeiro de 1974, poderão requerer ao Secretário da Fazenda a anistia das multas, acréscimos, juros vencidos e suspensão da correção monetária.

Parágrafo 1.º — A anistia atinge quaisquer parcelas de multas, acréscimos, juros vencidos e correção monetária componentes dos créditos tributários do ICM, inscritos ou não em Dívida Ativa, mesmo ajuizados para cobrança executiva, objeto de parcelamentos concedidos e os denunciados espontaneamente.

Parágrafo 2.º — Os créditos tributários, excluídas as parcelas anistiadas, poderão ser objeto de pedido de parcelamento até o limite de 10 meses, a contar de 30 dias após a data da assinatura de termo de acordo mandado lavrar por despacho secretarial.

Parágrafo 3.º — No caso da concessão de parcelamento previsto no parágrafo anterior, exigir-se-á, como garantia, aval idôneo de pessoas físicas ou jurídicas ou bens penhorados, sujeitando-se as parcelas, aos juros vencidos de Lei.

Parágrafo 4.º — Estando o crédito tributário já ajuizado e em fase de cobrança executiva, deverá o requerente apresentar provas de haver pago as custas judiciais e honorários advocatícios.

Parágrafo 5.º — Nos casos dos parágrafos 3.º e 4.º deste artigo e por ocasião da assinatura do termo de acordo, a Procuradoria Fiscal do Estado concederá certidão com a qual o contribuinte ou responsável requererá ao Juízo competente o sobrestamento do executivo até final liquidação do crédito acordado.

Artigo 2.º — O prazo para a formulação do pedido de anistia é de 90 dias a contar da data da publicação desta Lei.

Artigo 3.º — A anistia prevista nesta Lei não autoriza a restituição de multas, acréscimos, juros vencidos ou vencidos já recolhidos total, ou parcialmente, bem como não alcança as quantias já exigidas antes de 30 de outubro de 1969 e vinculadas a estímulo à atividade funcional da fiscalização tributária.

Artigo 4.º — Esta Lei será regulamentada através Instrução da Secretaria da Fazenda.

Artigo 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 16 de março de 1974.

(a) — Rosário Pitelli

JUSTIFICATIVA

Milhares de contribuintes e ex-comerciantes em todo o nosso Estado atravessam momentos de verdadeira angústia. Desde alguns anos o pequeno e médio comerciante ou industrial teve dificuldade em solver seus compromissos. A desvalorização acentuada da moeda, a par de movimento pouco compensador foi a causa principal que colocou honrados e dedicados homens de empresa sem condições de saldarem em dia seus compromissos, principalmente ao que se refere ao ICM. Assim existem milhares de contribuintes devedores da Secretaria de Fazenda. Vale salientar que a mesma tem tido a maior boa vontade em procurar solucionar o problema, concedendo prazo para o devido recolhimento. Entretanto ela o faz, cobrando multa, juros, correção monetária e etc., o que de forma alguma atende a grande maioria, que se já não tinha condições em saldar a dívida principal, muito menos teria condições em pagá-la com todos os acréscimos. Assim considerando todos os acréscimos, a Secretaria de Fazenda fica credora de soma vultuosa, mas que não espelha a realidade, uma vez que é uma importância que deveria entrar mas não entra. A Secretaria passa a contar com uma arrecadação praticamente irreel. Também não justifica plenamente, contar-se como receita com os acréscimos advindos de dívida. Entendemos que o Brasil de hoje, vive os melhores dias de glória, cujo progresso em todos os setores de atividade está evidente. No entanto, os honrados comerciantes e industriais de ontem, devedores de boa fé, já não tem condições de reabilitação uma vez que seus nomes se acham vetados pela dívida. Justo seria portanto, que se desse oportunidade para reabilitação para todos quanto, com os melhores propósitos ajudaram a construir o conceito e o engrandecimento de nosso Estado, através do comércio e da indústria.

Para tanto, apresentamos o presente Projeto de Lei, que autoriza a concessão de anistia fiscal de multas, juros, correção monetária e acréscimos, a todos devedores do ICM até 1.º de janeiro de 1974. A anistia é de forma ampla, abrangendo todos os ângulos, para que uma vez por todas possa o Estado auxiliar decididamente os seus próprios contribuintes, que encontraram as dificuldades naturais oriundas de seu próprio trabalho.

A medida de caráter muito humano, não trará ao nosso ver prejuízo ao Estado, pois ele passa a receber o que realmente lhe era devido. Na realidade o contribuinte paranaense sempre sentiu prazer em recolher os seus impostos. O atraso, ou a falta de pagamento do mesmo, só acontece quando as condições do próprio negócio não lhes são favoráveis. A concessão de tais medidas aqui pleiteadas, dará por certo ao Estado, a oportunidade de receber uma parcela ponderável de dívidas atrasadas, que aplicadas em benefícios da própria coletividade, através da honrada administração Estadual, significará muito mais do que uma alta soma que só tornará realidade se houver desumanos sacrifícios.

PROJETO DE LEI N.º 33-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública, o Centro Acadêmico Carlota Meneguel da Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneguel, de Bandeirantes.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1974.

(a) — Fuad Nacli

JUSTIFICATIVA:

Ao apresentarmos o presente Plano de Lei, à consideração dos nobres Pares, visamos apenas reconhecer o Centro Acadêmico Carlota Meneguel de Utilidade Pública, cujos Estatutos encontram-se anexos e por si só justificam nossa pretensão.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Esta Presidência anuncia a presença neste Plenário, do Sr. Tércio Hilário, ex-Secretário de Educação e Cultura de Maringá.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, primeiro orador inscrito.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas solicitei a palavra para registrar, em rápidas palavras, um ofício que estamos encaminhando nesta data ao Sr. Luiz Renato Malucelli, digníssimo Presidente da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural. Prende-se esta correspondência a um abaixo assinado dos motoristas de praça dos Municípios de Realeza e Santa Isabel D'Oeste, anunciando uma grave irregularidade, ou seja a concorrência que estão sofrendo de um veículo da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, e cujo responsável pelo transporte está operando em táxi. Creio que não se justifica por todos os aspectos a denúncia encaminhada ao digníssimo Presidente da FATR. O abaixo-assinado é dos moradores dos Municípios de Santa Isabel D'Oeste e Realeza, datado de 28 de março. Desta forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, permito-me a leitura do ofício para que conste dos Anais da Casa. (Lê):

"Com o presente, encaminho a V. Sa. cópia xerográfica de correspondência, datada de 28 de março de 1974, que me foi dirigida pelo Sr. Armino Godoi da Silva, do Município de Realeza, neste Estado.

Como poderá observar V. Sa., de seu conteúdo, consta denúncia de grave irregularidade com referência ao uso de um veículo dessa Fundação, indevidamente utilizado para transporte de passageiros, mediante pagamento.

Justo é, pois, a indignação dos motoristas de praça dos Municípios de Realeza e Santa Isabel D'Oeste, subscritores do abaixo-assinado, também anexo por cópia, prejudicados em seus mais legítimos interesses.

Certo de que essa Fundação tomará, com urgência, as necessárias providências para corrigir o abuso, punindo o seu responsável, subscrevo-me atenciosamente, apresentando-lhe as minhas

Saudações".

Sebastião Rodrigues.

Era o que tinha a dizer. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Alvaro Dias, segundo orador inscrito.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos encaminhando à Mesa as Conclusões e Resoluções do Primeiro Congresso de Professores Licenciados no Paraná, realizado em Apucarana, Conclusões e Resoluções que solicitamos sejam constantes dos Anais desta Casa. Isto fazemos porque consideramos de grande importância os temas debatidos pelos professores licenciados do Paraná, naquele encontro que foi o primeiro desta natureza. Temas, como contratação de professores e Previdência Social. O novo Estatuto do Magistério e sua implantação nas Faculdades de Filosofia e a profissionalização da classe na Ordem dos Professores do Brasil e a união nacional da classe e outras resoluções mas, que pedimos que constem dos Anais desta Assembléia Legislativa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o motivo principal da nossa presença, na Tribuna, na tarde de hoje, se prende ao novo Estatuto do Magistério já elaborado pela Secretaria de Educação e Cultura, com a colaboração das associações representativas para o Magistério paranaense. Um Projeto de Lei que resultou num documento que atende às aspirações da classe, porque equaciona com inteligência e justiça, o difícil problema do cargo horário com as distinções dos diferentes níveis da atuação do professor. Porque restabelece a lista tripartite para as direções dos estabelecimentos de Ensino, enquanto e onde não houver diretores de carreira. Porque abre possibilidades de admissão especializada na Educação, conforme a Lei 5692, sobretudo para as funções de orientador educacional, função de acordo com a referida Lei, que será instituída obrigatoriamente.

Contudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apesar da satisfação existente em função das reivindicações atendidas por este novo Estatuto, pairam ainda dúvidas e preocupação, quanto à imediata implantação e a devida regulamentação deste novo Estatuto. Pois os professores do Paraná esperam os benefícios que advirão da Lei 5.692 para a reforma do Ensino que traz um regime de promoção e uma remuneração condigna, de acordo com a referida Lei. Mas isto tudo depende em última análise da aprovação por etapa da implantação definitiva do novo Estatuto do Magistério. Sabemos que o Sr. Secretário de Educação e Cultura encontra-se em Brasília, analisando com o Sr. Ministro da Educação os temas constantes deste documento que beneficiará o Magistério paranaense. Esperamos que ele seja do agrado do Sr. Ministro de Educação e Cultura e neste instante queremos dirigir um apelo às autoridades

des sobretudo do Governo do nosso Estado, ao Sr. Dr. Emílio Gomes, Governador do Paraná, para que encaminhe com a máxima urgência a esta Casa este novo Estatuto do Magistério, para que o Poder Legislativo possa aprová-lo para que ele seja regulamentado imediatamente e para que os professores do Paraná possam gozar dos benefícios nele implantado. Soubemos também que seria a intenção do atual Governador discutir os reflexos da implantação deste novo Estatuto, sobretudo no setor econômico-financeiro com os ônus que advirão para o Estado, naturalmente, porque o Magistério de Educação não pode ficar à mercê de mudanças de homens que dirigem o Estado. Os homens passam, as obras permanecem. O Estado continua a existir e não podemos estar dependendo de ninguém. Governo não é apenas um homem; Governo é equipe; entendemos que há necessidade da imediata remessa desse Estatuto para a apreciação desta Casa. Pois em caso contrário, as dúvidas e as preocupações dos nossos professores paranaenses acabarão por prejudicar suas funções. E todos sabemos através dos jornais, de um movimento de pedagogos do nosso Estado, preocupados com sua situação que será esclarecida com o novo Estatuto, mas já apreensivos pela demora da sua aprovação, estão encetando movimento de reivindicação junto ao Governo, para que sua situação seja definida. Pois sabemos nós, que os pedagogos não possuem situação definida; outros ocupam os postos que deveriam pertencer a eles; e o Estatuto do Magistério garantirá o direito adquirido por todos. Desta forma, Sr. Presidente, e sobretudo, Senhor Líder do Governo, Deputado Ivo Thomazoni, solicitamos a V. Exa. que faça chegar ao Governo do Estado a apreensão da classe do Magistério paranaense e este nosso apelo para que venha de imediato o Estatuto que já deveria inclusive estar aprovado para que possamos analisá-lo e, de conformidade com os anseios da classe dos professores do Paraná, aprová-lo para que os benefícios sejam estendidos imediatamente. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

O Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, há pouco, desta Tribuna, denunciou o comportamento de um antigo funcionário da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, sediado em Santa Izabel D'Oeste, encarregado de atendimento também da equipe que atende os Municípios de Realeza e hoje também de Ampére.

Devo esclarecer a S. Exa. o Sr. Deputado que o funcionário Otaviano dos Santos, motorista da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, há mais de 8 anos tem tido sempre um comportamento funcional digno de elogios. Aquele funcionário além de motorista da Fundação, mantém uma empresa de transportes coletivos, micro-onibus, ligando as cidades de Santa Izabel D'Oeste, a Realeza, o faz é verdade, com veículos da sua propriedade. Existe em Santa Izabel D'Oeste e Realeza a queixa dos profissionais autônomos, proprietários de táxis que se queixam de aquele funcionário transportar sempre doentes do interior do Município, aos hospitais, nas sedes daqueles Municípios. Considerando aqueles profissionais uma concorrência indevida.

Todavia, é uma das atribuições da Fundação o atendimento, a assistência objetiva àqueles desprotegidos da sorte; daqueles moradores da área daqueles Municípios.

Queria também que ficasse registrado nos Anais desta Casa, na Sessão de hoje, já que não está em pauta a discussão de nenhum Requerimento de S. Exa., porque S. Exa. não apresentou Requerimento, tão somente leu a denúncia para que a constatação também conste dos Anais desta Casa, para que não se cometa injustiça contra um funcionário dos mais humildes, que no interior do Estado, além de motorista da Fundação, é também homem que faz a triagem de todos os doentes encaminhados ao ambulatório médico e do cirurgião dentista. Pretendo trazer, para conhecimento dos Srs. Deputados, os dados estatísticos do volume de atendimento daquelas duas equipes, consequência do trabalho profícuo daquele funcionário que merece e sempre mereceu da Direção daquela Fundação todo o acatamento e atendimento pelo seu trato, pelas suas grandes qualidades de elemento humano, conhecedor profundo dos sofrimentos de seus irmãos naquela Região.

Era o esclarecimento que me cabia dar ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati, quarto orador inscrito.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito se fala em moralização na vida pública brasileira. Mas, lamentavelmente, constatamos precisamente denúncias a máus administradores a homens públicos que não se enquadram dentro do espírito de cordialidade. Já tivemos, há tempos, uma grave denúncia feita desta Tribuna pelo eminente companheiro Maurício Fruet, em relação a desmandos praticados pelo Prefeito Municipal de Santo Antônio da Platina. Hoje, novamente, retorna a Curitiba uma Comissão de Vereadores daquela cidade, Comissão essa integrada, inclusive, pelo Presidente da Câmara Municipal. Ela é composta dos eminentes Vereadores José Antunes Ferreira, Nelson Alcântara Rosa e Heitor Raveduti. Vieram a Curitiba na esperança, quem sabe, de encontrar solução para que Santo Antônio da Platina tenha sua vida administrativa normalizada, porque dentro dos desmandos cometidos pelo Prefeito, está o funcionalismo público com seus salários atrasados.

E o Prefeito esbanjador não tem amor pelo dinheiro público. Recentemente veio a Curitiba e aqui permaneceu três dias, levando para a Prefeitura Municipal uma nota de despesa no valor de 2 mil e sessenta e oito cruzeiros, relativa ao pagamento de 3 dias de permanência num hotel de Curitiba. Acreditamos que, nem mesmo no Copacabana Palace Hotel ou no Hotel Nacional de Brasília, se esse Prefeito tivesse ocupado ali uma suíte presidencial, talvez não teria gasto tanto dinheiro, como aparece nessa nota apresentada.

Despesas com recepção a autoridades que visitaram Santo Antônio da Platina, apresentou o Sr. Prefeito uma despesa de 50 mil cruzeiros e, o que é mais lamentável, Santo Antônio da Platina dificilmente é lembrado pelas autoridades para uma visita. Poucas foram as autoridades que visitaram nos últimos anos aquele Município, mas, mesmo assim, o Sr. Prefeito conseguiu apresentar uma nota, com um montante de gastos no valor de 30 mil cruzeiros. Até piscinas o Sr. Prefeito construiu, fez reformas para o tiro de guerra, em convênio com a Prefeitura. Até aí tudo muito bem, mas vem na nota despesa com construção de piscinas para terceiros.

Despesas de táxi que a Prefeitura efetuou durante onze meses. O Município gastou Cr\$ 15.000,00 a título de despesa de táxi para os funcionários da Prefeitura. Devem ter andado o ano inteiro de táxi.

Entre os absurdos praticados possui a Prefeitura de Santo Antônio da

Platina 46 alqueires de terras. Neles foi feita uma plantação de feijão. Qual foi o lucro obtido pela Prefeitura? A Prefeitura foi a única plantadora de feijão que conseguiu em 46 alqueires de terra sofrer um prejuízo superior a Cr\$ 100.000,00.

A Prefeitura de Santo Antônio da Platina gastou em viagens e estadias aqui em Curitiba, em apenas onze meses, Cr\$ 30.000,00. Em publicações e propagandas em jornais gastou ela Cr\$ 27.000,00. Em locação de imóveis a Prefeitura de Santo Antônio da Platina chegou a pagar aluguel para instituições particulares como o Conservatório Musical, pagando, inclusive, a reforma do prédio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, os Vereadores que estão aqui novamente em Curitiba, estão bastante fundamentados. Defendemos o direito do povo gritar pela moralização administrativa para que o Prefeito tenha mais amor ao dinheiro que não é seu, que é o dinheiro pago, com sacrifício e suor, pelo povo através do imposto predial.

Quero protestar não apenas contra esse Prefeito mas contra todos os administradores que não sabem aplicar bem o dinheiro do povo paranaense. Precisamos incutir a moralização em todos os sentidos da vida pública paranaense.

Este o apelo que gostaríamos de lançar e hipotecamos nossa irrestrita solidariedade aos Vereadores que aqui estão na esperança de livrar de sofrimento a comunidade de Santo Antônio da Platina. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente. Passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Foi bastante feliz ontem o nobre Deputado Paulo Poli, quando, desta Tribuna, alertou as autoridades governamentais sobre o grande problema do soja, principalmente do preço do soja que hoje se encontra inteiramente à mercê dos industriais, dos comerciantes, não pagando aquele mínimo indispensável para que o lavrador se sinta motivado a continuar nesta cultura tão importante para a economia brasileira.

Sr. Presidente, hoje no jornal "O Estado de São Paulo" em Notas e Informações, lemos um comentário que consideramos de grande importância sobre o assunto aqui abordado pelo nobre Deputado Paulo Poli, que, com sua permissão e de todos os Srs. Deputados, gostaríamos de continuar a abordar porque consideramos de extrema importância: (Lê)

"PREÇO DO SOJA E "CONFISCO" CAMBIAL.

Acirrou-se nos últimos dias a discussão em torno do preço do soja e da escassez de óleo de soja. Os produtores do soja gaúchos queixam-se de que não conseguem vender a saca do produto por mais de 45 cruzeiros embora seu preço mínimo tenha sido fixado em 51 cruzeiros pela Comissão de Financiamento da Produção. Além disso, afirmam que os compradores particulares não estão dispostos a pagar pelo produto o preço mínimo porque esperam uma alta dos preços no mercado internacional.

Diante desta situação, os plantadores reivindicam a majoração das cotações internacionais recusando-se entretanto a pagar a saca de soja a 51 cruzeiros, o comércio não está agindo com lógica".

Sr. Presidente, gostaríamos de responder a esta observação de "O Estado de São Paulo", que seria necessário que os produtores provassem, com argumentos irrefutáveis, de que houve um aumento além de 33,3%. É fácil. Sr. Presidente, os adubos, os inseticidas, as maquinarias agrícolas subiram acima de 100% e nós temos aqui, Sr. Presidente, um documento que prova, pela própria declaração do Presidente do Sindicato das Indústrias de Azeite e Óleos Comestíveis do Paraná, e que diz que "deverá aparecer o óleo dentro de 10 dias, porque dentro de 10 dias ou 15 dias o óleo deverá reaparecer gradativamente, na região; a normalização completa, deverá ocorrer dentro de 30 dias mais ou menos".

Esta é a declaração do Presidente do Sindicato das Indústrias de Azeite e Óleos Comestíveis do Paraná, Sr. Sekeiro Simoto, que recebeu ofício do Conselho de Preços, comunicando o aumento de 33,4%.

Ora! Então, o Estado pede que se prove que justifica o aumento de 70 cruzeiros o preço mínimo, desde que se prove que houve um aumento no ano passado, de 33,3%. Ora, só o Governo Federal deu, para a indústria, 33,4%, mais 6% ao varejista, o que representa 39,4% mais caro. O Presidente do Sindicato diz que a solução da crise de abastecimento está dependendo exclusivamente do preço, e conclui: o aumento de 33,4%, para as indústrias não foi satisfatório — a nossa pretensão inicial foi de 38%.

Sr. Presidente, está aqui uma prova de que não falta óleo! Existe óleo, ele está estocado e os industriais não pretendem comprar óleo, nós sabemos, não denunciemos aqui a firma mas o Governo deve saber muito mais do que nós, que há um Supermercado, um grande Supermercado que adquiriu toda a quantidade de óleo existente no Brasil, das indústrias, para fazer este verdadeiro boicote que está fazendo no mercado de óleos. Sr. Presidente, ainda vou mais adiante, diz aqui o outro jornal: "As Cooperativas estão entregando o preço às indústrias, sem preço, porque não existe preço por falta de espaço em seus armazéns na Cooperativa Agro-Pecuária de Campo do Mourão são entregues às indústrias a produção de soja até 30 de julho. Depois são as indústrias que já tiveram aumento de 33,4%, 39,4% e que deveriam ser revertidos em benefício do lavrador este aumento, não do industrial, porque não houve aumento no custo operacional, houve aumento sim para o lavrador que arca com todas as intempéries e imprevistos agrícolas e tudo o que pesa sobre seus braços.

O Sr. Iris Caldart — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quero cumprimentar V. Exa. nesta oportunidade, mas um cumprimento amigo, um cumprimento de exaltação a V. Exa. como homem público, porque como homem público, como Deputado da Situação, V. Exa. tem esta coragem, este desassombro de hoje, na Tribuna, focalizar um assunto tão palpitante e extraordinariamente palpitante, de tamanha envergadura, de tamanho sentido social e econômico de nosso Estado. O Estado do Paraná, que é eminentemente agrícola, que é eminentemente produtor e que não tem outras condições de se firmar, de se projetar na vida da Nação, do País, está assistindo um espetáculo como este que V. Exa. traz ao conhecimento público. Realmente, nas regiões do Sul, do Sudoeste, do Oeste, do Centro, que eu conheço perfeitamente a situação desoladora, a situação de um povo abandonado, escorçado, um povo roubado no seu trabalho, no seu suor, no seu sacrifício, no sentido de espírito de brasilidade.

Tenho um pensamento que estou acabando de preparar, mais ou menos neste sentido e é com estas provas e este significado que V. Exa. está dizendo desta Tribuna hoje. Veja V. Exa. que nestas regiões, que não tem estudos viciados que se lança um répto constantemente, que nos mostra que a condição de tráfego nestas regiões que não têm armazenamento, onde o combusti-

vel subiu de um ano para o outro em mais de 100%, os implementos ontem subiram mais de 100%, de um ano para outro onde os insumos subiram astronômicamente e não existe mais porque ninguém preparou, num Estado eminentemente agrícola, isto é um paradoxo, onde o Paraná é comprado no câmbio negro para o transporte do produto, onde não existe nada, e o que existe é astronômicamente majorado de preço, lá estamos com o soja ao preço de 46 cruzeiros a saca, isto é um absurdo, isto é um paradoxo, uma monstruosidade, um alqueire de planta de trigo, nobre Deputado vai custar ao colono entre 3.500 a 3.800 cruzeiros, o alqueire, é o que vai custar este ano. E o preço de 80 cruzeiros já não cobre mais este custo, no caso do trigo, no caso do soja, se fosse vendido a 55 cruzeiros hoje, o soja não cobre este custo atual. Mas como se vai repor esta mercadoria na praça? Parabenizo-me com V. Exa., estendo o meu abraço a V. Exa. pelo desassombro de fazer esta denúncia, uma denúncia caótica num Estado produtor como este. Onde estamos? E há Deputados que vêm aqui nesta Assembléia apresentar votos de protesto, porque um juiz de futebol teria roubado uma partida lá fora. Onde estamos, meu Deus do céu. E quero lembrar mais. O Secretário de Agricultura do Estado do Paraná que amanhã viaja a Brasília, vai se encontrar com o atual Ministro de Agricultura, seria bom que esta Assembléia levasse estes fatos e fizesse um pedido ao Sr. Secretário da Agricultura para que junto ao Sr. Presidente da República, S. Exa. possa salvar o Paraná. Porque o Paraná está capenga.

O SR. OLAVO FERREIRA — Obrigado a V. Exa. Posso dizer a V. Exa. que o que estamos fazendo desta Tribuna não é nada mais do que expor o que está transcrito em três jornais de grande circulação do Brasil, um deles, "O Estado de São Paulo", o outro "Folha de Londrina" e "O Estado do Paraná", que, como sabemos, são três jornais que fazem aqui um verdadeiro alerta, sobre uma situação realmente caótica, que se encontra esta lavoura como já dissemos, tão importante para a economia brasileira.

O Sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Olavo Ferreira, gostaria de repetir aqui, que V. Exa. tem sido feliz no desempenho do seu mandato, porque toda vez que ocupa a Tribuna, os assuntos abordados por V. Exa. são da mais alta seriedade e da mais alta responsabilidade.

Ainda ontem, quando abordávamos o mesmo assunto, nós antecipamos em nosso pronunciamento, e hoje com a delicadeza que lhe é peculiar, V. Exa. comunica à Casa que iria dar um novo impulso ao assunto, já abordado na data de ontem. E eu gostaria de citar aqui perante os parlamentares, não só do MDB mas também dos Srs. Deputados representantes de Palotina, Leopoldo Jacomet, Jorge Sato, Borsari Neto, que dias atrás requereram a antecipação do prazo para a exportação deste produto, inclusive o Deputado Ivo Thomazoni e vários Srs. Deputados. E o que eu tenho observado é que tem sido generalizada a preocupação desta Casa com relação à exportação do produto. E V. Exa. com raro brilhantismo dá projeção necessária a este assunto tão palpitante, tão momentoso, e eu tenho a impressão, nobre Deputado, que não podemos, como sugeriu o Deputado do MDB nos limitar a ler apenas os anúncios dos jornais, também preocupados com este problema. Além do Requerimento que esta Casa gentilmente aprovou, de nossa autoria, eu sugiro a V. Exa., brilhante e operoso, como é, que elabore outros Requerimentos no mesmo sentido, aos Deputados preocupados com este assunto. Porque afinal, nobre Deputado Olavo Ferreira, o assunto não é particularmente de nenhum parlamentar; é do Paraná. Nós vimos ontem em relatório que anexamos ao nosso Requerimento, que o custo do soja vai próximo a 70 cruzeiros a saca. Vimos também que os pneus para tratores são comprados no câmbio negro; que o custo de fertilizantes, de 1.500 cruzeiros a tonelada, vai para 2.800 cruzeiros; a semente comprada a 300 cruzeiros a saca, quando o produto é vendido a 50 cruzeiros a saca; é o massacre que se faz ao nosso pequeno produtor. Tenho certeza que com homens tão brilhantes, como V. Exa. esta Assembléia haverá de se fazer ouvir. Nosso pequeno produtor, miserável, desgraçado agricultor não pode ser massacrado por grupos econômicos como denuncia V. Exa. neste instante. O descaramento do Presidente do Sindicato em confessar que tem o produto em estoque e que o preço não satisfaz. Seria o caso de se instaurar uma Comissão e fazer este óleo ser entregue pelo preço anterior de quando compraram a 3.100. Porque é uma barbaridade, e um desrespeito à lei.

Parabenizo-me com V. Exa. e estamos aqui para acompanhar seus passos em defesa do nosso Estado tão sacrificado neste momento crucial.

O SR. OLAVO FERREIRA — Muito obrigado. Assim como agradeço o aparte do Deputado Iris Caldart. V. Exa. colaborou com o nosso pronunciamento. Eu faria, neste instante, uma sugestão que tenho certeza que terá a acolhida desta Casa. A sugestão ao nobre Líder do Governo para que de imediato entrasse em entendimento com o Exmo. Sr. Secretário da Agricultura, que amanhã vai a Brasília. E nós, se for necessário, fossemos hoje às 17 horas, a Assembléia toda, conversar com S. Exa. e mostrar a gravidade do problema que ele deve ter conhecimento mas que devemos mostrar a preocupação de toda a Assembléia Legislativa do Paraná e, indistintamente de Partido, porque acima dos Partidos está a economia paranaense, está o lavrador, que está agonizante e nós com a colaboração dos homens da Oposição, levemos ao Secretário a nossa preocupação ao voltarmos da nossa Região, onde sentimos o problema do homem da lavoura, inteiramente desestimulado e que ele, como representante do nosso Estado, leve, ao Governo Federal, a nossa preocupação.

O Sr. Antônio Lopes Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Ilustre Deputado Olavo Ferreira, com a mais profunda satisfação, neste instante congratulo-me com V. Exa. pelas palavras que pronunciou, não somente agora, mas ontem também. Estendo estas considerações ao Deputado Paulo Poli, porque VV. Exas. meus colegas de Bancada deram demonstração de alta compreensão do que seja realmente o mandato popular. Ser Deputado do Governo não significa ficar calado, inerte diante da desgraça do povo paranaense. Ser Deputado do Governo é ter a possibilidade de falar a verdade. E é isto que V. Exa. fala neste instante. Estou com V. Exa. para enfrentar qualquer oportunidade de luta neste sentido.

O SR. OLAVO FERREIRA — Muito obrigado. Gostaria de continuar lendo o que diz "O Estado de São Paulo", que para mim é estardalhaço: "outro problema é o que concerne o fato de grande número de comerciantes estarem retendo o óleo de soja". Ele não denuncia. Estou lendo, não estou denunciando coisa alguma; os próprios jornais estão denunciando e o próprio Presidente do Sindicato admite, confessa nas suas próprias declarações que ele está retendo o óleo; estava apenas aguardando o preço.

O preço não foi satisfatório e dentro de 10, 15 ou 30 dias, o assunto estará normalizado. Não faltará óleo.

"No que concerne ao fato de grandes comerciantes, estarem retendo óleo de soja, coerentemente com um ponto de vista que temos defendido há muitos anos, somos contrários à requisição pelo Governo de estoques de óleo que os comerciantes retêm. Essa preocupação nos lembra confisco cambial, estamos preocupados que surja isso que desgraçadamente foi usado em mil novecentos

e lá vai fumaça, o confisco cambial do café, tanto assim que temos medo de falar em confisco cambial. Agora é contribuição. Vamos mudar o nome.

"Então, vamos perguntar se as firmas comerciais que agem dessa maneira prejudicial à coletividade — não sou eu quem diz isso — "possuem crédito nos Bancos". O Governo tem armas para poder cortar o crédito desses "super", "its" e tantos outros que compram toda a safra e vivem à custa da miséria do lavrador e do consumidor, jogando o consumidor contra o lavrador e o lavrador contra o consumidor.

O Sr. Iris Caldart — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). O soja é um produto que é colhido e precisa ir para um armazém e se não for estraga. Pois bem, o que acontece é que o produtor — acontece inclusive comigo que sou pequeno produtor, mas sou — tem que levar imediatamente o seu produto para o armazém da Sombra, ou de qualquer desses trusts internacionais. Vai direto para lá, porque se não, estraga o produto.

O SR. OLAVO FERREIRA — V. Exa. acaba de dar nomes aos bois.

O Sr. Iris Caldart — São as únicas que compram, as únicas que têm condições de comprar por 46 cruzeiros. Hoje, em Cascavel, estou informando oficialmente, outro trust internacional, produtor de insumos e fertilizantes, está ameaçando os colonos, cobrando com protesto judicial. Está no Cartório de Cascavel uma porção de títulos, já em cobrança de protesto. Então, o colono que precisa este ano ainda do financiamento do Banco do Brasil para plantar trigo, dá para o trust, vende a 46 cruzeiros, com prejuízo, para poder pagar suas contas. Esta é a situação, é o estado de fato que existe naquela Região. Além do que, essa infâmia que V. Exa. narrou e que eu repisei aqui, o custo da produção fabulosa de 150% a mais. E se diz que o Estado do Paraná é o 2.º ou 3.º Estado do Brasil, Estado rico, fabuloso. Mas é um Estado que mendiga nas atuais condições. É um Estado infeliz, cuja base de produção e só temos produção a custa do suor, do sacrifício, das lágrimas daqueles infelizes que produzem lá, regando a terra com seu suor, e passando as maiores privações.

O SR. OLAVO FERREIRA — "Cabe perguntar se as firmas que agem dessa maneira, prejudicial à coletividade, possuem créditos nos Bancos, — públicos ou particulares — que lhes permitam suspender a venda do produto e armazená-lo em grande quantidade. Como se sabe a Carteira de Redescontos do Banco Central dispõe de meios suficientes para obstar a concessão de financiamentos e não há dúvida que deve lançar mão de tais meios a fim de proteger os consumidores de parcos recursos e de preservar o conceito da livre iniciativa junto à coletividade".

Isso é o que deve acontecer. Mas, talvez o que o comentarista não saiba e me permita fazer a segunda denúncia, é que os grandes compradores de soja não precisam do Banco do Brasil. São autônomos. Recebem remessas do exterior. Eles recebem remessas do exterior e compram sem usar do Banco do Brasil e, se for necessário, até podem fazer alguns empréstimos ao Banco do Brasil. Têm dinheiro de sobra porque recebem em dólar. Esta é que é a grande verdade. Os pequenos compradores de soja estes sim, vão, realmente, ao Banco do Brasil e não representam coisa alguma, são quase intermediários dos grandes grupos estrangeiros que estão aí. É grande e séria esta denúncia do "O Estado de São Paulo", da "Folha de Londrina", do "O Estado do Paraná". São sérias essas denúncias que esses órgãos trazem, não as têm quem não quer e a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não pode ficar calada, não pode ficar quieta. Já falaram a respeito os Deputados Paulo Poli, Iris Caldart, Ivo Thomazoni, Leopoldo Jacomet e agora chegou a nossa vez de levantar a voz...

O Sr. Iris Caldart — Sentimos na carne.

O SR. OLAVO FERREIRA — ... e irmos ao Secretário da Agricultura. Temos certeza que S. Exa. se sentirá sensível e irá ao Ministério da Agricultura a fim de falar em nosso nome. Se assim não acontecer esta Assembléia estará aberta dia e noite para que sua voz seja ouvida.

O Sr. Sebastião Rodrigues Junior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Congratulo-me com V. Exa. e apenas gostaria de dizer que o raciocínio que V. Exa. fez, dessa Tribuna a cerca da agricultura brasileira que, na verdade, o quadro que acabou de descrever não é apenas o quadro vivido pela agricultura brasileira, é todo o quadro da economia nacional. Fez-se uma revolução em nome do anti comunismo e, na realidade, entregou-se o País ao capital estrangeiro. As medidas que se propõem dessa Tribuna e aquelas vindas, através da imprensa são quiméricas, são incapazes de corrigir o assunto.

Aqueles que tentaram, como no caso do Chile, não conseguiram levar a frente o seu intento. Ai está o quadro do Governo do Chile, cujo nome recusou-me a pronunciar no momento porque quem fala mal dele é processado como ocorreu com um companheiro meu na área federal. O atual Presidente do Chile não pode ser criticado porque é "persona mui grata" do Ministro da Justiça.

O seu raciocínio é inteiramente válido não somente no caso da agricultura, como naqueles casos que dizem respeito à matéria prima e tantos outros aspectos da economia brasileira que estão totalmente submissos ao capital estrangeiro por culpa do Governo da Revolução. A denúncia não é minha, é do Senador Afonso Arinos.

Veja V. Exa., como é sério o problema e gostaria que constasse dos Anais desta Casa o fato que descreve porque se uma medida urgente não for tomada veremos, a curto prazo, a total derrocada da economia brasileira.

Este o aparte que desejava dar a V. Exa.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, queremos concluir apresentando aqui dois Requerimentos. O primeiro, enviado ao Sr. Ministro da Fazenda, assim redigido: (Lê)

"Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. que após ouvido o Plenário, seja encaminhado o Telegrama nos termos abaixo, ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen:

"Assembléia Legislativa Paraná manifestase inteiramente acordo fixação setenta cruzeiros preço mínimo soja vg justificado face aumento desordenado e incontrolado inseticidas vg adubos vg maquinarias agrícolas superiores cem por cento pt Encarece medidas destinadas a reverter também benefício produtor recente aumento concedido industriais vg comerciantes vg estimulando futuros plantios importantes divisa exportação brasileira pt".

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1974.

(a) — Olavo Ferreira".

Outro requerimento, com a seguinte redação: (Lê):

"Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, solicita de V. Exa. que após ouvido o Plenário, seja encaminhado telegrama

nos termos abaixo ao jornal "O Estado de São Paulo".

"Assembléia Legislativa Paraná congratula-se com o jornal Estado de São Paulo publicação comentário em notas e informações sobre preço soja vg confisco cambial vag manifestando-se inteiramente acordo conclusões alcançadas pt alertamos entretanto fixação preço mínimo setenta cruzeiros justifica-se face aumento desordenado incontrolado inseticidas vg adubos vg maquinarias agrícolas superiores cem por cento em relação ano passado vg impedindo lavrador vender preços vis dos comerciantes oferecendo quarenta e cinco cruzeiros quando custos reais operacionais sobem mais cinquenta cruzeiros pt necessário se faz medidas urgentes governamentais contra comerciantes grupos supermercados retendo estoque óleo conseguem aumento substancial preço vg sem que nada fosse revertido benefício produtor trazendo desestímulo futuros plantios importante divisa exportação brasileira"pt

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1974.

(a) Olavo Ferreira".

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, nesse Requerimento que V. Exa. faz, de aplausos ao jornal "O Estado de São Paulo, cujo requerimento, cuja iniciativa considero a mais oportuna, eu tomaria a liberdade de sugerir a V. Exa., nobre Deputado, que incluísse, nesta homenagem tão justa e tão oportuna, os demais órgãos de imprensa que também têm defendido e abordado este problema tais como "O Estado do Paraná", a "Folha de Londrina", apenas eu sugiro a V. Exa., que os acrescente, porque é um ato de justiça e, são jornais de maior circulação no Norte do Estado.

O SR. OLAVO FERREIRA — Pediria que o nobre Deputado fizesse a gentileza de, V. Exa. mesmo redigir. Realmente, aí foi uma falha minha, lamentável.

O sr. Paulo Poli — Se V. Exa. permitir, eu o farei.

O SR. OLAVO FERREIRA — Nós fizemos questão de frisar aqui, que, além do "O Estado de São Paulo", "O Estado do Paraná", também a "Folha de Londrina", abordaram com muita propriedade o assunto.

Sr. Presidente, são estes os comentários que gostaríamos de fazer nesta Casa.

O sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Olavo Ferreira, apenas para informar V. Exa. que o Sr. Secretário da Agricultura, Dr. José Graciano encontra-se neste instante no Rio de Janeiro para participar de uma reunião no IBC, marcada para as 16,00 horas, e hoje ainda pretende sair do Rio viajando para Brasília a fim de manter contatos referentes a problemas da sua Pasta.

Ofereço a V. Exa. o telefone direto da Liderança do Governo, se V. Exa. assim o desejar, para estabelecer contato daqui de Curitiba, com o Sr. Secretário da Agricultura, depois das 16,00 horas, no IBC, no Rio de Janeiro, dando a ele, ou repassando a ele estes dados que considero valiosos, para que ele possa melhor sustentar as argumentações que está levando.

Sua Excelência antecipou a viagem a Brasília fazendo escala no Rio, onde tem importante reunião com a Junta do IBC.

O SR. OLAVO FERREIRA — Permito-me agradecer as providências por V. Exa. tomadas, e gostaria que esta missão fosse cumprida por V. Exa., como Líder nosso, como Líder do Governo e também sensível que tem sido aos problemas da agricultura, porque V. Exa. também tem abordado aqui, sempre que possível, os assuntos que todos nós abordamos e que afligem a agricultura paranaense. Nós gostaríamos que V. Exa., como Líder do Governo manifestasse o pensamento inteiro desta Assembléia, a preocupação inteira desta Assembléia pela aflitiva situação em que se encontra a nossa agricultura, no que diz respeito ao soja e ao trigo. Nós iremos talvez amanhã ou depois de amanhã abordar o problema do trigo, diante de alguns dados que temos também em mãos, e que gostaríamos de levar à consideração, mais tarde, também, das autoridades governamentais, do nosso Secretário e também do Ministério da Agricultura. Se V. Exa. tão bem nos lidera nesta Casa, poderia V. Exa. ser o porta-voz nosso, cuja delegação nós passamos com muita satisfação porque V. Exa. tem sabido honrar o cargo que ocupa, com muito brilhantismo. Tenho certeza que nenhuma palavra, nenhuma vírgula será omitida, a transmissão será feita com toda fidelidade.

O pensamento desta Casa, aquilo que diz respeito a nossa combatida agricultura paranaense.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) V. Exa. neste último item de vosso pronunciamento, mais uma vez, ao delegar poderes ao nobre Deputado Ivo Thomazoni, eu gostaria de lembrar, não obstante a sua posição de Líder do Governo, S. Exa. há dias atrás, abordou desta Tribuna assunto idêntico a este que hoje nós abordamos, defendendo com entusiasmo, com valor e bravura, o produtor de trigo. S. Exa. conseguiu, afinal, que preço mais justo, mais humano, mais razoável fosse fixado para aquele produto. Portanto, não há aqui incompatibilidade de posição quando a própria situação da agricultura do Paraná está em jogo. Parabéns-me com V. Exa. e sei que o Sr. Deputado Ivo Thomazoni, concio de suas obrigações, haverá de levar avante esta preocupação que não é só nossa.

O SR. OLAVO FERREIRA — Obrigado. Justamente por este motivo sabe da preocupação também de nosso Líder, e nós delegamos a S. Exa. esta missão, para que transmita ao Sr. Secretário de Agricultura e ao Sr. Governador do Estado, a séria preocupação de que está possuída toda a Assembléia Legislativa do Paraná.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Quero congratular-me com o pronunciamento de V. Exa. Desnecessário seria acrescentar qualquer coisa mais a este pronunciamento que faz neste momento com referência à situação em que vivem os produtores com referência ao soja e muito bem comparado a do óleo que passa neste momento. Quero aproveitar também para cumprimentar V. Exa. pela reunião realizada na cidade de Londrina, justamente com o Presidente do IBC, onde foi apresentada sugestão com referência ao confisco, para que fosse feito um plano de aplicação, para que o Governo pudesse ouvir e sentir de perto os problemas da agricultura com referência ao café, em que os agricultores não podem mais combater a ferrugem, não porque não querem, mas porque não têm mais condições de combater esta ferrugem. Era esta a esperança do nosso agricultor, partindo para o soja e fazendo a diversificação, para todos os lados em que entenda encontrar dificuldades. Cumprimento V. Exa. pelo magnífico pronunciamento.

O SR. OLAVO FERREIRA — Obrigado, Deputado, V. Exa. como homem do interior conhecedor profundo do assunto, que vive ao lado do lavrador, não poderia manifestar-se de modo diferente, trazendo aqui também o seu pronunciamento e incorporando-se aos demais Deputados a nossa séria preocupação da situação bastante aflitiva para o agricultor. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência registra com satisfação a presença neste Plenário dos Vereadores José Antonio Ferreira e Nelson Alcântara de Santo Antonio da Platina.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez estamos aqui na Tribuna para refutar as falsas acusações feitas por mais um deputado da Bancada do MDB, qual respeitamos. Mas acho que este nosso colega está mal informado, talvez por uma pequena minoria, da cidade de Sto. Antonio da Platina. Estivemos à razão de três meses ocupando esta Tribuna com esta mesma polêmica, quando se procurava lançar lama no nome honrado e digno do Prefeito Municipal de Santo Antonio da Platina Dr. Ademar Lemes de Toledo. Quero dizer a esta Casa e ao ilustre Deputado Antonio Belinati que viemos aqui oportunamos com provas irrefutáveis para que ele veja como realmente está mal informado, procurando trazer a esta Casa acusações indebitas, acusações indevidas, procurando emiscuir-se na política interna de Santo Antonio da Platina, na política de uma cidade que ele mal conhece. Quando acusamos alguém, Sr. Presidente e srs. Deputados, temos que ter provas concretas. Infelizmente, não tivemos a oportunidade de estar presentes ontem quando S. Exa. o Deputado Antonio Blinati jogava aquela acusação sobre o nobre, honrado e digno Prefeito de Sto. Antonio da Platina, uma das cidades líderes da Região Norte-Pioneiro. Quando uma pequena minoria com a vontade de destruir um homem que outra coisa não faz a não ser trabalhar pela sua cidade. E agora que está para inaugurar a Feira-Agro Pecuária de Sto. Antonio da Platina, é acusado por uma coisa injusta, por um erro que não praticou. Sabemos que S. Exa. acusa o Sr. Prefeito de Sto. Antonio da Platina de ter efetuado gastos excessivos quando fora instalado o Governo. É uma honra para nós, que mourejam na região, manter contato com um Prefeito que é também Presidente de uma Associação, a Associação dos Municípios da micro-região do Norte-Pioneiro. E quando um Presidente está para ser reeleito, e não faz outra coisa como já disse, a não ser trabalhar pela sua cidade e pela sua gente, vem um Deputado desta Assembléia dizer que ele está sendo excessivo nos gastos. Ele gasta aquilo que é necessário para o bom desenvolvimento da sua cidade e do seu Município. Dentro de mais alguns dias, traremos aqui provas concretas, e conforme já nos referimos anteriormente, tudo faremos para prestar estes esclarecimentos.

Porque com relação à denúncia feita anteriormente, se verdadeira fosse a Justiça abriria um processo por falta de amparo legal. E agora vêm novamente os seus inimigos com aquela vontade de destruir um pai de família, um homem honrado, dizer que os gastos são excessivos.

O sr. Antonio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, gostaria de dizer a V. Exa. que não sou inimigo do Prefeito. Eu não o conheço. Portanto, eu não posso ser inimigo de alguém que nunca vi. Nobre Deputado, o Prefeito apresentou 50 milhões de cruzeiros antigos, para recepcionar às autoridades, relativo ao ano de 73.

O Governador esteve no ano de 74. Esta despesa ainda vai aparecer. Não sabemos quanto gastou. Mas é uma honra para qualquer Município receber a visita de um Governador do Estado. Mas, V. Exa. que é Deputado de Santo Antonio da Platina...

O SR. GABRIEL MANOEL — E com muita honra sou amigo do Prefeito.

O Sr. Antonio Belinati — E independente disto já estive na Tribuna para refutar as acusações.

O SR. GABRIEL MANOEL — Para falar a verdade vim aqui desta Tribuna dizer que o processo não tinha fundamento legal e foi arquivado na Justiça. Vê como estão tratando o Prefeito? Para mim, futebol é bola na rede e política é voto na urna.

O sr. Antonio Belinati — Mas o Prefeito ganhou nos últimos 11 meses, quase 90 mil cruzeiros de salário. Não vou discutir isso.

O SR. GABRIEL MANOEL — Isso é problema da Câmara que aprovou.

O sr. Antonio Belinati — Só para concluir. Perguntando a V. Exa. que diz que as acusações são falsas: é justo um prefeito gastar 2.068, cruzeiros para ficar três dias em Curitiba, com despesas de hotel?

O SR. GABRIEL MANOEL — É justo gastar 20 milhões, para o bem do Município.

O Sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Gabriel Manoel, não é meu intuito contraditar o ilustre Deputado do MDB, Deputado Antonio Belinati, mas apenas gostaria de tecer algumas considerações em torno do assunto que tratam neste instante. Se eu quisesse, assumaria amanhã esta Tribuna e viria provar que Prefeitos do MDB têm feito despesas talvez até maiores do que essas. Quem sabe o Deputado Antonio Belinati recebeu de seus correligionários estas informações e está no seu papel de levar ao conhecimento público.

Gostaria de analisar, colaborando com V. Exa.: há poucos dias estive em Ribeirão do Pinhal, cujo Prefeito se encontra no recinto deste Plenário e assiste a esta sessão, quando S. Exa. me convidou para uma reunião que se realizaria em Santo Antonio da Platina, aonde vários Prefeitos componentes daquela micro-região, iriam ter reuniões por vários dias, quando debateriam assuntos da Região. É lógico que Santo Antonio da Platina cujo Prefeito é o anfitrião, teria que ter despesas maiores que as outras Prefeituras. E quem sabe, reuniões como esta se antecederam em Santo Antonio da Platina e S. Exa. como anfitrião teve que fazer face a estas despesas. E quem sabe nestas reuniões, assuntos como este foram debatidos por Comissões mas acho que antes deve ser procedido de um levantamento criterioso. Portanto eu acho que quando se fala sobre a honra e a dignidade e moral de alguém, necessário se faz que se colham provas, para que não se jogue lama em honras públicas. Quando disse Prefeito do MDB não quis dizer a cidade; mas diria até a cidade e provaria se necessário fosse, despesas desnecessárias.

Acho que o problema é que o eminente Deputado estaria se desincumbindo de um pedido de um correligionário contra quem eu nada tenho, admito até o espírito combativo do Deputado Antonio Belinati mas me solidarizo com V. Exa. na defesa desse Prefeito, como me solidarizo com a defesa de todo e qualquer Prefeito que venha a ser acusado, seja ele de que Partido for.

O SR. GABRIEL MANOEL — Agradeço ao nobre Deputado Paulo Poli, e também queria complementar o meu raciocínio, para depois conceder um aparte que me foi solicitado pelo Deputado Antonio Belinati. Acho que seria de bom alvitre o Deputado Antonio Belinati, um moço combativo, um brilhante orador, um moço de rádio, antes de fazer qualquer acusação, fosse se certificar da verdade, para que não aconteça com a Bancada do MDB, ou com um representante da Bancada, que falou mal do Prefeito e depois caiu tudo por terra por decisão judicial. Eu vim aqui e propus rasgar meu diploma, se não caísse por terra, na justiça, a acusação.

O Prefeito pode aplicar a verba, ele tem verba de representação. O Prefeito de Santo Antonio não é mendigo, e quando recebe um Governador, um Deputado, um Secretário, tem que recebê-lo com dignidade. Não pode receber um representante do Governo com sanduiche e fazê-lo dormir em palhoça. A Prefeitura tem que gastar. É dinheiro do povo. A finalidade do Prefeito, quando leva um Governador ou um Prefeito até a sua localidade, é levar benefícios para seu Município. Saiba o Deputado Belinati, saibam os inimigos do Prefeito, que temos um relatório específico com todas as despesas, com todo aquele complexo administrativo da despesa. O Prefeito de Santo Antonio é um moço de gabarito, que tem recursos, que não tem necessidade de lançar mão do dinheiro da Prefeitura, para gastar em seu benefício. Ele está gastando em benefício do povo do Paraná. É um dos Prefeitos, mais jovens da região, é o Presidente de uma micro-região, que entre 27 Prefeitos tem 90% dos votos dos Prefeitos. Esse homem é digno ou não é digno de representar um Município?

Nós traremos um relatório aqui para elucidar toda aquela despesa, perante a Casa e a opinião pública do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que restam 5 minutos para o término do Expediente.

O SR. GABRIEL MANOEL — Obrigado, Sr. Presidente.

O sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sem querer entrar no mérito da apreciação de V. Exa. porque entendo que discutir administração de Prefeitura é assunto que foge de nossa competência, devo entretanto, usar do mesmo argumento de V. Exa. em razão da referência feita a um Prefeito do MDB, que o Partido o tem na melhor das contas e que é considerado não só por nós, mas por todos, como um paranaense ilustre, que inclusive representou nosso Estado na Câmara Federal, o Prefeito Silvio Barros, e repito para usar do mesmo argumento de V. Exa., acho que V. Exa. foi injusto na referência feita a Silvio Barros, primeiramente, porque o Prefeito Silvio Barros não usou dinheiro da Prefeitura, para reformar o banheiro de sua residência. Pediu e submeteu à apreciação da Câmara o pedido, mas antes de fazer o uso do dinheiro solicitou a autorização da Câmara e se a Câmara negou ou se ele mesmo retirou o pedido, o assunto ficou apenas como um motivo de curiosidade da imprensa. Nestas condições, não acredito que possa ser atacada a idoneidade de Silvio Barros por qualquer motivo. E ainda usando um argumento de V. Exa. de que "futebol é bola na rede tenho a dizer que o Prefeito Silvio Barros obteve, nas últimas eleições, o maior índice de votação no Brasil inteiro. Apenas, para ressaltar a personalidade do nosso Prefeito tenho a afirmar que, com respeito a sua administração, caberá ao povo de Maringá julgar.

O SR. GABRIEL MANOEL — não viemos aqui para acusar o ilustre Prefeito Silvio Barros. Estamos apenas fazendo um paralelo ao defender...

O sr. Muggiati Filho — V. Exa. está sendo injusto no paralelo. O Prefeito Silvio Barros não pode servir de paralelo para que V. Exa. defenda o Prefeito de Santo Antonio da Platina. V. Exa. está criticando o Prefeito Silvio Barros para defender o Prefeito de Santo Antonio da Platina.

O SR. GABRIEL MANOEL — Estou apenas fazendo um paralelo à injustiça que foi feita pelo Deputado Antonio Belinati que, mal informado, vem a esta Tribuna dizer uma bandalheira destas. Esta Tribuna não é brincadeira e muito menos o povo do Paraná. S. Exa. vem a esta Tribuna com uma mentira deslavada para fazer média política. Para acusar é preciso estar fundamentado e esta Tribuna não pode servir para fazer demagogia.

V. Exa., no seu íntimo, meu querido companheiro Deputado Muggiati Filho, sabe que, na minha ausência, o Deputado Antonio Belinati...

O sr. Muggiati Filho — Estou alheio a este problema. Com relação ao companheiro Silvio Barros, em qualquer condição, defenderei sua personalidade.

O SR. GABRIEL MANOEL — Mas no seu íntimo, tenho certeza que V. Exa. discorda. Estamos na ante-véspera da campanha eleitoral e é necessário que se faça demagogia. Esta Tribuna está se tornando em instrumento de demagogia. Mas as acusações que foram feitas ao Prefeito de Santo Antonio da Platina irão cair por terra. Vou ler um relatório, uma defesa para que Vs. Exas. vejam que o Deputado no seu euforismo de querer saber vem com um papelucho falar barbaridades.

O sr. Antonio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Não preciso fazer demagogia porque tive uma votação de mais de 25 mil votos.

O SR. GABRIEL MANOEL — É problema seu.

O sr. Antonio Belinati — Gostaria de lembrar V. Exa., já que enfoca bem o problema de acusar, que ocupou a Tribuna para acusar violentamente o Detran. Fez um comício na porta da Assembléia contra o Detran e veio aqui na Tribuna e acusou o Detran. Na hora de se requerer a Constituição de uma CPI foi o primeiro que não assinou contra o Detran.

Não preciso fazer demagogia porque Santo Antonio da Platina não é minha zona eleitoral e além do mais ajo de acordo com a minha consciência. Se V. Exa. quiser defender o seu Prefeito terá que ir defendê-lo perante as autoridades militares porque os ilustres Vereadores que aqui vieram neste momento, estão com as autoridades militares. Não sou Juiz para julgar, e, naturalmente suas acusações serão analisadas pelas autoridades competentes.

O SR. GABRIEL MANOEL — Quero dizer ao nobre Deputado Antonio Belinati, que Sua Excelência, o Prefeito, ganhou o que o seu antecessor havia deixado já, este vencimento. Então V. Exa. que é ilustre, sabe deste complexo, desta norma de Prefeituras, V. Exa. não vai me dizer que o Prefeito votou a Lei para que ganhasse esta importância!

O SR. PRESIDENTE — Informo ao nobre orador, que falta apenas 1 minuto para o encerramento da Hora do Expediente.

O SR. GABRIEL MANOEL — Apenas para completar, Sr. Presidente.

Quero dizer ao nobre Deputado Antonio Belinati, que viemos aqui com provas, com relatórios, para que o nobre Deputado seja, alertado, não entre mais em frias.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, neste Plenário, do Sr. Anésio de Souza, digníssimo Prefeito Municipal de Ribeirão do Pinhal.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 87-73, de autoria do Dep. Quielise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo celebrar Convênio com o Município de Lobato, destinado a construção de um prédio para a Delegacia de Polícia local. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C. e C.P., com EMENDA. — Aprovado, com Emenda.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 98-73, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que denomina Grupo Escolar "Francisco da Silva Leal", o atual Grupo Escolar, de Santa Amélia. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P., com SUBSTITUTIVO. — Aprovado, com Substitutivo.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 99-73, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que denomina de "Ginásio Estadual Carlirio Gomes dos Santos", o atual Ginásio Estadual de Santa Amélia. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 237-73, de autoria do Dep. Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Irmandade da Santa Casa de Uraí, com sede na cidade do mesmo nome. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com EMENDA, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, com Emenda, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 242-73, de autoria do Dep. Antônio F.F. da Costa, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Médico Arnaldo Moura. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 256-73, de autoria do Dep. Antônio F.F. da Costa, que declara de Utilidade Pública o Clube de Exportadores do Paraná — CEXIMPAR, com sede nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 285-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 106-73, que concede à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, poderes para oferecer quotas do Imposto Único, sobre Energia Elétrica que couberem ao Estado do Paraná, em garantia ou contra garantia de obrigações que aquela Empresa assumir até o limite cumulativo de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 111-73, de autoria do Dep. João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo construir, através da Secretaria dos Transportes, uma estrada de rodagem ligando os Municípios de Jaguariaíva e Antonina. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 111-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir, através da Secretaria dos Transportes, uma estrada de rodagem ligando os Municípios de Jaguariaíva e Antonina, neste Estado.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 30 de maio de 1973.

(a) João C. Fadel

JUSTIFICATIVA

O Governo Federal vem dando ênfase especial ao programa de implantação de rodovias no Estado do Paraná, em decorrência da execução do sistema dos "corredores de exportação" para facilitação do escoamento da produção agro-pecuária regional em direção aos portos e em busca do mercado externo. Não obstante não haver praticamente limitação por parte do Governo Federal no que se refere ao financiamento de rodovias, em nosso Estado, talvez pelo fato de não existir entre nós uma tradição de planejamento a longo prazo, muitas das regiões economicamente significativas, quer por sua produção agrícola diversificada, quer por sua pecuária desenvolvida, quer, finalmente, pelo volume de produção de suas indústrias de extração e de transformação, não foram incluídas entre as demais a serem beneficiadas pela implantação de obras infra-estruturais no setor dos transportes. Entendemos ser este o caso, especialmente, dos municípios situados no chamado norte pioneiro, a partir de Jaguariaíva, que é o ponto natural de convergência dos municípios de Senegés, Arapoti, Wenceslau Braz, Salto do Itararé, Santana do Itararé, Siqueira Campos, Ibaíti, Pinhalão, Tomazina, Japira, Jaboti, São José da Boa Vista, Sapopema, Carlotópolis, Joaquim Távora, Ribeirão Claro, e muitos outros, integrantes das micro-regiões homogêneas 7 e 11, com uma população de cerca de 300 mil habitantes e área de cultura agrícola igual 4 mil quilômetros quadrados, aproximadamente, e que, à época das safras, tem que promover o escoamento da produção através do longo trajeto até Ponta Grossa e daí a Curitiba e finalmente o Porto de Paranaguá, o que, evidentemente, além de demorado e fator de encarecimento dos fretes, aumenta em muito o índice de perda em decorrência da deterioração dos produtos. Assim, entendemos que o presente Projeto de Lei terá o condão de alertar o Poder Executivo para uma solução nacional para o problema da ligação rodoviária entre Jaguariaíva e, através dele, de todos os demais municípios do norte pioneiro, e o litoral do Estado, mais especificamente o Porto de Antonina, que também teria sua economia revitalizada em decorrência do natural aumento da tonagem de carga a ser armazenada e manuseada, pela intensidade do tráfego marítimo que registrar-se-ia. Como é de conhecimento geral, a cidade e município de Antonina defronta-se hoje com séria crise em sua estrutura econômica, justamente em decorrência da acentuada queda de movimento de seu porto que, ano após ano vem registrando decréscimo no número de navios entrados o que, em suscinta análise, determina a crise de emprego que lá se verifica.

Além do mais, a rodovia Jaguariaíva-Antonina contribuiria também para diminuir o volume do tráfego da rodovia do café e, assim, fazer baixar um pouco o número de acidentes que ali se registra, com danosos reflexos na economia, pela perda de cargas valiosas e, também em principalmente, pelas mortes e mutilações das pessoas envolvidas naqueles eventos.

Finalmente, deve-se ainda salientar que a estrada Jaguariaíva-Antonina, em seu possível trajeto, viria beneficiar diretamente os municípios de Adrianópolis e Cerro Azul, que passariam a ter acesso direto ao porto de Antonina e não

mais dependeriam do anti-econômico trajeto até Curitiba, como via de escoamento de sua produção.

Isto posto, deve-se projetar especialmente o valor da construção de estrada Jaguariava-Antonina, como obra de real significação para a integração sócio-econômica da região do norte pioneiro ao processo de desenvolvimento de todo o Estado do Paraná, podendo-se inferir pela presente justificativa, embora não seja ela um repositório exaustivo de elementos numéricos, a realidade dos dados essenciais que dão base à oportunidade do Projeto de Lei ora submetido à consideração deste Ilustrado Plenário.

Os nobres Deputados certamente complementarão com seus conhecimentos específicos as lacunas desta articulação e, por isso, darão ao presente seu honroso e indispensável apoio.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 30-05-73.

(a) João C. Fadel

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 111-73

AUTOR: Deputado JOÃO C. FADEL

PARECER

O Projeto de Lei em apreço vem devidamente articulado e sua justificativa é convincente.

Não há impedimento de ordem legal ou constitucional.

Parecer favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13 de junho de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

(Assinatura ilegível) — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI N.º 111-73

AUTOR: Deputado JOÃO C. FADEL

PARECER

O nobre Deputado João C. Fadel, apresenta o presente Projeto de Lei que visa autorizar o Poder Executivo, através da Secretaria dos Transportes, a construir uma estrada de rodagem ligando os municípios de Jaguariava e Antonina.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça pronunciou-se pela aprovação da medida proposta.

Não havendo qualquer impedimento de ordem financeira, visto tratar-se de mera medida autorizatória ao Poder Executivo, não há razão de negar o acolhimento da proposição.

Pela APROVAÇÃO do Projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado Gilberto Carvalho — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N.º 111-73

AUTOR: Deputado JOÃO C. FADEL

PARECER

O Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado João C. Fadel, objetiva autorizar o Poder Executivo através da Secretaria dos Transportes, a construir uma estrada de rodagem ligando os municípios de Jaguariava e Antonina.

As Duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, na sua devida oportunidade, opinaram pela aprovação da medida proposta.

Quanto ao mérito que a esta Comissão cabe examinar, não se insurge nenhum impedimento, pelo que opinamos pelo ACOLHIMENTO do Projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em

Borsari Netto — Presidente.

Deputado Lázaro Dumont — Relator.

Arthur de Souza

(Assinaturas ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Bernardo Stamm, ocorrido em União da Vitória. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando a indicação de um Sr. Deputado, para representar a Comissão de Turismo, no XVII Congresso da Confederação de Organizações Turísticas da América Latina, na cidade de Buenos Aires, nos dias 21 a 27 do corrente, sem onus para esta Casa. — Aprovado.

Fica designado o Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, para representar a Cotal, em atenção ao Requerimento acima aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a construção de uma ponte sobre o Rio Iguaçu, na estrada que liga os municípios de Balsa Nova e Contenda. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro de Educação e Cultura, bem como ao Sr. Governador do Estado, reivindicando a federalização da Universidade de Maringá. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, agradecendo pelas providências tomadas a fim de se instalar um Posto de Atendimento na cidade de Arapongas, a ser brevemente inaugurado. — Em discussão.

O SR. MUGGIATI FILHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a Sessão de amanhã, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, das conclusões e resoluções do I Congresso de Professores Licenciados do Paraná, realizado em Apucarana. — Aprovado. (A Matéria a ser transcrita, acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando seja enviado telegrama, ao Sr. Ministro da Fazenda, manifestando inteiro acordo pela fixação do preço mínimo do soja, justificado em face do aumento desordenado e incontrolado dos inseticidas, adubos e maquinarias agrícolas. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando seja enviado telegrama, ao jornal "O Estado de São Paulo", congratulando-se pela publicação e comentário em notas e informações sobre o preço do soja, e confisco cambial, manifestando-se inteiramente de acordo com as conclusões alcançadas. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo surgimento do "Jornal dos Bairros", nesta Capital. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Brandão, constante do Expediente de Sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da Confederação de Desportos, bem como aos Srs. Presidente da Federação Paranaense de Futebol e Presidente da Federação Carioca de Futebol, sobre a arbitragem conduzida pelo juiz Manoel Spezin Neto, em jogo disputado em Florianópolis, entre as agremiações do Atlético Paranaense e Avaí (SC), cuja peleja o aludido árbitro agiu de propósitos inconfessáveis, com incontestável má fé, ocasionando repulsa da população e imprensa paranaense. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando estudos para a implantação de pavimentação asfáltica da denominada Estrada Velha, ligando os municípios de Curitiba e Araucária. — Aprovado.

Requerimentos de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constantes de Expediente de Sessão anterior, solicitando seja formulada a Emenda necessária, objetivando deixar mais claros os termos da proposta de aumento do funcionalismo público estadual. — Aprovados.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, quarta-feira, à Hora Regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 237-73, 242-73, 256-73 e 285-73.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 111-73.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 186-73, 187-73, 195-73 e 289-73.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO FOI APROVADA, A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALVARO DIAS, EM SESSÃO DO DIA 16 DE ABRIL DE 1974

"I CONGRESSO DE PROFESSORES LICENCIADOS DO PARANÁ

CONCLUSÕES FINAIS E RESOLUÇÕES

O I CONGRESSO DE PROFESSORES LICENCIADOS DO PARANÁ, promovido pela Associação dos Professores Licenciados do Paraná, e realizado na cidade de Apucarana, nos dias 7, 8 e 9 de fevereiro de 1974, analisou e debateu os temas:

- 1.o) Contratação de Professores e Previdência Social;
- 2.o) O Novo Estatuto do Magistério e sua Implantação;
- 3.o) As Faculdades de Filosofia e a Profissionalização da Classe; e
- 4.o) A Ordem dos Professores do Brasil e a União Nacional da Classe,

sobre os quais chegou às seguintes

I — CONCLUSÕES:

A — Sobre o tema: CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES E A PREVIDÊNCIA SOCIAL

1. O Decreto Governamental n.º 5.012, de 05 de fevereiro de 1974, que instituiu o regime jurídico dos professores suplementaristas, trouxe uma solução parcial para os problemas da Classe:

a) estabelecendo vínculo empregatício entre o Estado e o professor suplementarista, que passa a chamar de "professor suplementar", tornando obrigatória a contribuição para a Previdência Social, que facultativamente já era possível pelo Decreto n.º 3.153, de 1.º de fevereiro de 1973;

b) e ampliando-lhe os benefícios sociais, além dos previstos no artigo 2.º do Decreto n.º 3.153, isto é, "tão somente a responsabilidade da pensão, seguro de vida e auxílio funeral".

2. Contudo, não resolveu ainda os seus problemas de insegurança profissional, diante do disposto no art. 4.º, que estabelece: "As admissões de professores na forma deste Decreto obedecerão modelo padrão e terão vigência para o exercício financeiro (art. 2.º da Lei n.º 6.508-73)".

B — Sobre o tema: O NOVO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO E SUA IMPLANTAÇÃO

3. O Anteprojeto de Lei do Novo Estatuto do Magistério, elaborado na gestão do atual Secretário da Educação e Cultura, com base nos esboços anteriores e nos subsídios enviados pelas Entidades de Classe, resultou finalmente bom e, tanto quanto possível, de acordo com as aspirações da Classe:

a) equacionamento com inteligência e justiça o difícil problema da carga horária, com a distinção dos diferentes níveis de atuação do professor;

b) restabelecendo a lista triplíce para as direções dos estabelecimentos, enquanto e onde não houver diretores de carreira;

c) abrindo a possibilidade de admissão de especialistas da Educação, conforme preconiza a Lei 5.692, sobretudo para a função de Orientador Educacional, função esta que, de acordo com o art. 10 da referida lei, "será instituída obrigatoriamente".

4. Contudo, pairam ainda sobre a Classe dúvidas e preocupações quanto à sua imediata implantação, pois que os professores anseiam pela aplicação da Lei 5.692, da reforma do Ensino, também em seu favor. E os benefícios que a mesma lhes traz, como: o regime de promoções e uma remuneração condigna,

de acordo com os seus títulos, dependem do novo Estatuto do Magistério e suas regulamentações.

C — Sobre o tema: AS FACULDADES DE FILOSOFIA E A PROFISSIONALIZAÇÃO DA CLASSE

5. As Faculdades de Filosofia e escolas congêneres, formadoras de professores licenciados, não devem ficar alheias à realidade profissional da Classe.

6. A criação de novos cursos e o surgimento de novas Faculdades de Filosofia devem obedecer a um planejamento educacional do Estado, visando atender ao bem supremo da Educação, e não a interesses meramente locais, ao sabor das conveniências...

D — Sobre o tema: A ORDEM DOS PROFESSORES DO BRASIL E A UNIÃO NACIONAL DA CLASSE

7. Somente com uma instituição de classe, criada por Lei, como vínculo associativo obrigatório, será possível promover a UNIÃO NACIONAL DA CLASSE, para a defesa de seus direitos e a análise de seus problemas e da Educação.

8. As declarações da CPB (Confederação dos Professores do Brasil) em seu Boletim Informativo n.º 5, de dezembro de 1973, não condizem totalmente com a verdade, e as suas manifestações contrárias à criação da ORDEM DOS PROFESSORES DO BRASIL, junto ao Senado, não refletem de fato o pensamento da Classe.

9. A palavra oficial, em nome de toda Classe do Magistério, só poderá ser pronunciada, quando houver uma entidade máxima representativa da mesma:

- a) no País, em forma de ORDEM ou CONSELHO FEDERAL, criados por Lei;
- b) no Estado, em forma de SEÇÃO ESTADUAL dessa Ordem ou Conselho, ou em falta destes, em forma de FEDERAÇÃO, legalmente criada e aberta a todas as entidades de classe de professores legalmente existentes no Estado, seja de âmbito estadual, regional ou municipal.

II — RESOLUÇÕES

Diante das conclusões a que chegou sobre os diversos temas em debate, o I CONGRESSO DE PROFESSORES LICENCIADOS DO PARANÁ resolveu:

- a) REIVINDICAR DO GOVERNO DO ESTADO
- 1) que seja instituído um concurso de TÍTULOS para contratação de professores e especialistas da educação;
- 2) que a vigência deste contrato dure até a realização de um novo Concurso de Provas e Títulos para nomeação efetiva;
- 3) que, para atendimento das reivindicações acima, seja reformulado o Decreto n.º 5.012, de 05 de fevereiro de 1974, em seu Artigo 4.º estabelecendo que:

“As admissões de Professores na forma deste Decreto obedecerão à classificação obtida em CONCURSO DE TÍTULOS e terão vigência até a realização do próximo concurso de PROVAS E TÍTULOS para nomeação”.

§ único — “O Concurso de Títulos a que se refere este Artigo será regulamentado dentro de noventa dias a contar da publicação deste Decreto”.

CONSIDERAÇÕES:

“As reivindicações de instituição de um Concurso de Títulos para contratação e da vigência do Contrato até a realização de um novo Concurso de Provas e Títulos, tem como base a meta de profissionalização do magistério, e constam da TESE sobre “NOVA SISTEMÁTICA DE CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES E A PROFISSIONALIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO”, aprovada pela Classe, por unanimidade, no SIMPÓSIO DE ESTUDOS SOBRE O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO, realizado em Curitiba nos dias 13, 14 e 15 de setembro de 1973, e encaminhada a Sua Excelência o Senhor Secretário da Educação e Cultura do Estado, como anexo dos “Subsídios para a Redação Final do Anteprojeto de Lei do Estatuto do Magistério”.

Há de se acabar um dia com essa insegurança e precariedade profissional, para os professores licenciados, devidamente habilitados para o magistério; isto é: a cada ano que finda, ficar sem saber se terá novamente aulas no ano seguinte, quantas e onde as terá. Essa incerteza deixa intranquilo o professor e traz prejuízos para a Educação.

4) que, para efeito dessa Contratação, se dê ampla divulgação das vagas reais existentes, imediatamente após o encerramento das matrículas;

5) que o ANTEPROJETO DE LEI do Novo Estatuto do Magistério dê entrada imediata na Assembléia Legislativa do Estado, para que ainda possa ser sancionado e entrar em pleno vigor até final de 1974, inclusive com todas as regulamentações baixadas;

6) que se realizem, ainda este ano, novos CONCURSOS PARA MAGISTÉRIO de 1.º e 2.º graus, não sendo feitos simultaneamente o concurso para as quatro primeiras séries do 1.º grau (para normalistas) com o das demais séries do 1.º grau e do 2.º grau (para licenciados);

7) que nos próximos concursos seja oferecido o número real de vagas existentes no Estado, tomando-se por base, para cálculo de vaga, o número máximo de horas-aula ou horas-atividade permitidas para cada professor;

8) que nas regulamentações dos próximos concursos para professores conste cláusula que permita a realização do mesmo também a professores recém-formados, cujos diplomas ainda não estejam registrados, condicionando a exigência desse documento apenas para o ato de nomeação;

9) que não haja estágios de exercício gratuito do magistério antes da realização de qualquer concurso, sob estímulo de contagem de pontos, como já tem ocorrido, pois que isto é injusto e totalmente desprofissionalizante para a Classe;

10) que seja contado o tempo de serviço em Instituições Particulares de Ensino, para efeito de aposentadoria no Estado.

B — REIVINDICAR DO GOVERNO FEDERAL:

1) que se realize um levantamento estatístico e geográfico dos Cursos e das Faculdades de Filosofia do Estado, para evitar a proliferação indiscriminada das mesmas, sobretudo de cursos cujo mercado de trabalho já se acha saturado;

2) que os cargos de direção das instituições formadoras de professores licenciados sejam exclusivas para professores licenciados;

3) que os demais profissionais habilitados em outros cursos de nível superior que venha a fazer complementação pedagógica para as disciplinas técnicas do ensino profissionalizante não recebam o “Título de Licenciatura”, mas apenas “Registro no M.E.C.”.

4) que o Conselho Federal de Educação estabeleça normas que dêem também possibilidade de formação técnica a atuais professores licenciados que queiram fazê-lo, habilitando-se para disciplinas profissionalizantes;

5) que seja estabelecida uma remuneração mínima por hora-aula ou hora-atividade, e o número mínimo de horas-aula ou horas-atividade para

as quais se possa contratar um profissional do magistério, tanto na rede oficial como na sede particular de ensino.

C — PROPOR AS FACULDADES DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS e ESCOLAS CONGÊNERES FORMADORAS DE PROFESSORES LICENCIADOS:

- 1) um entrosamento maior com a Associação dos Professores Licenciados do Paraná, criando-se uma “Comissão Mista de Orientação e Defesa da Classe;
- 2) uma distribuição mais racional dos cursos de pós-graduação, abrangendo as diversas áreas.

D — PROPOR A PRÓPRIA CLASSE DO MAGISTÉRIO:

- 1) maior constância e empenho na luta pela união da Classe em todo o País, através da criação da Ordem dos Professores do Brasil;
- 2) e que, para análise e debate dos problemas da Classe, em termos nacionais, se realize em Londrina, em meados de 1975, o I CONGRESSO NACIONAL DE PROFESSORES LICENCIADOS.

Apucarana, 15 de fevereiro de 1974.

ARI D. RODRIGUES — Presidente

ELISARIO CATTONI — Coordenador Geral

ANTONIO JOSÉ MARTINS LOYOLA — Secretário Geral

MOACIR FRANCISCO RODRIGUES — Assessor

ARGEMIRO ALUISIO KARLING — Assessor

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 76-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 1.464-74, de 07 de março de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 03-74, de 15 de janeiro de 1974, a Adayrton Borges dos Santos e Arlete Belmont Zeballos, ambos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de março de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA

Diretor Geral

PORTARIA N.º 77-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 1.707-74, de 14 de março de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

designar Humberto Graça Neto, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para, pelo prazo de trinta (30) dias a contar de 18 de março de 1974, para prestar serviços ao Gabinete do Deputado Gabriel Manoel.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de março de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA

Diretor Geral

PORTARIA N.º 78-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 1.667-74, de 13 de março de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Gioachino Sugamosto, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao ano de 1973, a partir de 18 de março de 1974.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de março de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA

Diretor Geral

PORTARIA N.º 79-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 671-74, de 07 de fevereiro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

designar Luiz Fernando Malheiros Carneiro, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços a liderança da “ARENA”, junto ao Gabinete do Deputado Gabriel Manoel, a partir de 1.º de janeiro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1974

a) EROS RUPPEL ABDALA

Diretor Geral

PORTARIA N.º 80-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 1989-74, de 22 de março de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 03-74, de 15 de janeiro de 1974, a Boanerges de Menezes Caldas, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de março de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA

Diretor Geral

PORTARIA N.º 81-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 1.884-74, de 20 de março de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 03-74, de 15 de janeiro de 1974, a Celso Aparecido de Castro, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de março de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA

Diretor Geral

PORTARIA N.º 82-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 1.809-74, de 19 de março de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 03-74, de 15 de janeiro de 1974, a Leonildo Marchioro, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de março de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA

Diretor Geral

PORTARIA N.º 83-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 1.676-74, de 14 de março de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar a Portaria n.º 192-73, de 19 de julho de 1973, que designou o funcionário Ernesto Peracetta, a prestar serviços no Gabinete da 2.ª Secretaria;

II — revogar a Portaria n.º 191-73, de 19 de julho de 1973, que designou o funcionário José Angeli, ora a disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do "M.D.B." junto ao Gabinete do Deputado Maurício Fruct; e

III — designar o funcionário José Angeli, para prestar serviços no Gabinete da 2.ª Secretaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de março de 1974. (

a) EROS RUPPEL ABDALA
Diretor Geral

PORTARIA N.º 84-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 1859-74, de 19 de março de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 03-74, de 15 de janeiro de 1974, a Merchid Belich Filho, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de abril de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA
Diretor Geral

PORTARIA N.º 85-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 12.866-73, de 26 de dezembro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

designar a funcionária Julcimara Ribeiro da Costa, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços ao Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Arizone Mendes Araujo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de abril de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA
Diretor Geral

PORTARIA N.º 86-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 1.988-74 de 22 de março de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 03-74, de 15 de janeiro de 1974, a Carlos Douglas Bukowski e Celia Maria Gracia Hatschbach, ambos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de abril de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA
Diretor Geral

ATAS DAS COMISSÕES:

Comissão de Finanças

7.ª Legislatura — 4.ª Sessão Legislativa
Ata da 1.ª Reunião Ordinária

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Reuniões, às 16,30 (dezesseis e trinta) horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quielse C. da Silva e contando com as presenças dos Senhores Deputados João C. Fadel, Alvaro Dias, Olavo Ferreira, Igo Losso e Gilberto Carvalho. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 237-73 — de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública, a Irmandade da Santa Casa de Ural, com sede na cidade do mesmo nome. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 239-73 — de autoria do Senhor Deputado Basilio Zanusso, que declara de utilidade pública o "Eduandário Nossa Senhora do Carmo", com sede e foro na cidade de Paranavai. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 255-73 — de autoria do Senhor Deputado Mauricio Fruct, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública, o Gremio Estudantil Técnico Comercial — CETEC — da cidade de Rio Negro. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 275-73 — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) a Cecilia Back Selhorst. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — com substitutivo — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 277-73 — de autoria do Senhor Deputado Igo Iwant Losso, que declara de utilidade pública a "Associação Metodista de Assistência Social — AMAS — com sede e foro na cidade de Morretes. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 280-73 — de autoria do Senhor Deputado Emilio Carazzai, que autoriza o Poder Executivo elevar para seis (6) salários mínimos da Região de Curitiba, a pensão mensal, da senhora Sylvia Braga Munhoz da Rocha, viúva do Ex-Governador do Estado, Caetano Munhoz da Rocha. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 283-73 — de autoria do Senhor Deputado Paulo Poli, que cria Cursos Normal e Científico, no Município de Terra Roxa, para funcionar no próximo ano letivo. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 285-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 106-73 — encaminhando anteprojeto de lei, que concede a Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL — poderes, para oferecer quotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica, que couberem ao Estado do Paraná, garantia ou contra garantia de obrigações que aquela Empresa, assumir até o limite de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos milhões) e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 80-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Ex-

Proposição n.º 254-73 — aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias da Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com a Prefeitura Municipal de Paranaguá, objetivando a construção na sede daquele município, de prédio destinado ao Instituto Médico Legal. Relator Senhor Deputado Olavo Ferreira, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

a) QUIELSE C. SILVA — Presidente

a) Teresinha B. Moura e Claro — Secretária

Comissão de Redação

7.ª Legislatura — 4.ª Sessão Legislativa
Ata da 3.ª Reunião Ordinária

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação sob a presidência do deputado Gilberto Carvalho. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o deputado Iris Caldart, apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 125-69 — de autoria do deputado Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Estadual no Município de Santa Izabel do Ivaí. PROJETO DE LEI N.º 196-73 — de autoria do deputado Fuad Nacli, que cria em entidade de Fundação Estadual, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel. PROJETO DE LEI N.º 18-73 — de autoria do deputado Quielse C. da Silva, que denomina Cândido Berthier Fortes, o Ginásio Estadual da sede do Mun. de Marilena. PROJETO DE LEI N.º 192-73 — de autoria do deputado Iris Caldart, que declara de utilidade pública a Tenda de Umbanda Pai João do Recife, com sede e foro nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 196-73 — de autoria do deputado Iris Caldart, que declara de utilidade pública a Associação de Caridade Espírita Social e Assistência "ACESA", com sede nesta Capital. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 68-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 219-73, que aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e os Municípios de Itaúna do Sul, Japurá, São João do Caiuá, Mariluz e Sengés, objetivando fornecimentos de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 69-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 225-73, que aprova os Termos de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o Instituto Nacional do Livro, Órgão do Ministério da Educação e Cultura, objetivando a execução do Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-74 — APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim Lelio Guimarães Sotito-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

a) LÉLIO GUIMARÃES SOTTO-MAIOR — Secretário

a) GILBERTO CARVALHO — Presidente

Redação Final do Projeto de Lei n.º 125-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Colégio Estadual no Município de Santa Izabel do Ivaí, para funcionar junto ao Ginásio Estadual, a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º-4-74.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART — BASILIO ZANUSSO — Relatores

Redação Final do Projeto de Lei n.º 215-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica criada em entidade de Fundação Estadual, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel.

Art. 2.º. A Fundação, terá regulamento próprio, aprovado por Decreto do Governador, e gozará de autonomia administrativa e financeira, na forma da legislação em vigor.

Art. 3.º. O patrimônio da Fundação será constituído:

a) — pelos bens imóveis, móveis e equipamentos que lhe foram expressamente destinados;

b) — pelos saldos dos exercícios financeiros; e

c) — pelos auxílios de doações e legados recebidos de entidade Federal, Estadual e Particulares.

Art. 4.º. A receita da Fundação será proveniente de:

a) — auxílios constantes do Orçamento do Estado, sob forma de doações globais e específicas para pessoal, material, serviço e encargos, obras e equipamentos;

b) — auxílios e contribuições constantes do Orçamento da União e dos Orçamentos dos Municípios;

c) — taxas e emolumentos escolares;

d) — rendas patrimoniais;

e) — rendimentos de serviços prestados; e

f) — auxílios e contribuições de entidades públicas e particulares, de pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 5.º. — A Fundação será administrada pelos seguintes órgãos:

a) — Conselho de Curadores;

b) — Congregação;

c) — Diretoria;

d) — Conselho Departamental; e

e) — Departamentos.

§ — 1.º. O Conselho de Curadores, composto de 6 (seis) membros nomeados pelo Governador, terá a função de aprovar o Orçamento Anual da Fundação, fiscalizar a sua execução e autorizar atos do Diretor não previstos no Regulamento.

§ — 2.º. A Congregação será constituída pelos Professores Catedráticos, Professores de Ensino Superior, Professores Interinos, Regentes de Cátedras vagas, representantes dos demais Docentes e do Corpo Docente.

§ — 3.º. O Diretor será nomeado pelo Governador para cargo em Co-

missão, com mandato de 2 (dois) anos, dentre professores em exercício, eleito em lista triplíce pela Congregação, podendo ser reconduzido 2 (duas) vezes.

§ — 4.º. O Conselho Departamental será composto pelos chefes de departamento e de representantes do corpo discente.

§ — 5.º. Os Departamentos serão organizados na forma como dispuser o Regimento Interno da Fundação.

Art. 6.º. Os Membros do Conselho de Curadores terão mandato de 6 (seis) anos, renovável 1/3 (um terço) de 2 (dois) anos.

§ — 1.º. O Conselho será nomeado pelo Governador dentre pessoas de reconhecida capacidade e de ilibada reputação, sendo 2 dois membros por 2 (dois) anos, 2 (dois) por 4 (quatro) anos e 2 (dois) por 6 (seis) anos.

§ — 2.º. As vagas serão preenchidas por nomeação do Governador, por membros indicados em lista triplíce pelos membros restantes do Conselho de Curadores.

Art. 7.º. Fica fixada em 32 (trinta e dois) o número de matérias que constituirão os currículos mínimos dos cursos de: Licenciatura em Ciências, Geografia, História, Letras e Licenciatura da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel.

§ — 1.º. As matérias mencionadas neste artigo terão as seguintes denominações:

a) — LICENCIATURA EM CIÊNCIAS:

- 1 — Matemática
- 2 — Física
- 3 — Química
- 4 — Ciências Biológicas
- 5 — Elementos da Geologia
- 6 — Desenho

b) — GEOGRAFIA:

- 1 — Geografia Física
- 2 — Geografia Biológica
- 3 — Geografia Humana
- 4 — Geografia Regional
- 5 — Geografia do Brasil
- 6 — Cartografia
- 7 — Sociologia
- 8 — Antropologia Cultural

c) — HISTÓRIA:

- 1 — História Antiga
- 2 — História Medieval
- 3 — História Moderna
- 4 — História Contemporânea
- 5 — História da América
- 6 — História do Brasil
- 7 — Sociologia
- 8 — História da Filosofia

d) — LETRAS:

- 1 — Língua Portuguesa
- 2 — Literatura Brasileira
- 3 — Literatura Portuguesa
- 4 — Língua Latina
- 5 — Linguística
- 6 — Língua Inglesa e Norte Americana
- 7 — Teoria da Literatura

e) — LICENCIATURA

- 1 — Psicologia, Adolescência e Aprendizagem
 - 2 — Elementos da Administração Escolar
 - 3 — Didática e Prática de Ensino, sob forma de estágio supervisionado.
- § 2.º — A seriação de matéria será elaborada pelo Conselho Departamental e aprovada pela Congregação, devendo constar do Regimento Interno da Faculdade, ficando a matéria sujeita à homologação dos Conselhos Estadual e Federal de Educação.

Art. 8.º — Para regularizar o funcionamento da Faculdade de Filosofia, fica criado o Quadro Próprio da Fundação, composto de:

- 1 (um) Diretor
- 32 (trinta e dois) Professor Catedrático
- 32 (trinta e dois) Professor de Ensino Superior
- 32 (trinta e dois) Professor Instrutor
- 15 (quinze) Professor Assistente
- 1 (um) Secretário
- 1 (um) Oficial Administrativo
- 1 (um) Arquivista
- 1 (um) Contador
- 1 (um) Bibliotecário
- 1 (um) Datilógrafo
- 2 (dois) Laboratorista
- 2 (dois) Escriturário
- 1 (um) Inspetor de Alunos
- 1 (um) Almoxarife
- 2 (dois) Servente

§ 1.º — A escolha do Secretário deverá recair em pessoas estranhas ao Quadro do Estabelecimento, e deverá ser portadora de título universitário.

§ 2.º — Os níveis de vencimentos dos cargos criados pelo presente artigo serão correspondentes às classes únicas ou iniciais das séries de classes do Quadro Único do Poder Executivo e, os professores terão nível de vencimentos do ensino superior.

Art. 9.º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria de Educação e Cultura, um crédito especial de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros), destinados a cobrir despesas com a instalação da Faculdade criada nesta Lei.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1-4-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Basílio Zanusso — Iris Caldart — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 18-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica denominado Cândido Berthier Fortes, o Ginásio Estadual localizado na sede do Município de Marilena.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1-4-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Iris Caldart — Basílio Zanusso — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 192-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a Tenda de Umbanda Pai João do Recife, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1-4-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Iris Caldart — Basílio Zanusso — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 196-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Caridade Espírita Social e Assistencial — ACESA, com sede nesta Capital.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1-4-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Iris Caldart — Basílio Zanusso — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 68-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Ficam aprovados os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Itaipua do Sul, Japurá, São João do Caiuá, Mariluz e Sengés, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

Art. 2.º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1-4-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Iris Caldart — Basílio Zanusso — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 69-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica aprovado o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o Instituto Nacional do Livro, Órgão do Ministério da Educação e Cultura, objetivando a execução do Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-74.

Art. 2.º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1-4-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Iris Caldart — Basílio Zanusso — Relatores

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 3.a REUNIAO ORDINARIA

Aos três dias do mês de abril, do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala de Reuniões da Divisão das Comissões, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, e presentes os Senhores Deputados Quilise C. da Silva, Sebastião Rodrigues Júnior, Ovídio Franzoni, Erondy Silvério, Paulo Camargo e Antônio Lopes Júnior. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N.º 3-74, de autoria do Sr. Deputado João Mansur. Declara de utilidade pública o Centro de Estudos de Comércio Exterior — CECEX, com sede e foro nesta Capital. Relator Dep. Paulo Camargo. Parecer favorável. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N.º 5-74, de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart. Declara de utilidade pública o Centro de Tradições Gaúchas — Rodeio da Tradição, com sede em Cascavel. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Jr. Parecer favorável. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N.º 8-74, de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli. Declara de utilidade pública o Albergue Noturno Olímpia Ferreira, de Alvorada do Sul. Relator Deputado Quilise C. da Silva. Parecer favorável. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N.º 11-74, de autoria do Sr. Deputado Igo Losso. Declara de utilidade pública o Lar São de Curitiba. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Jr. Parecer favorável. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N.º 169-73, de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni. Autoriza o Poder Executivo criar uma Inspeção Regional de Ensino no Município de Doiz Vizinhas, com jurisdição que especifica. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer contrário. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N.º 227-73, de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias. Dá nova redação ao artigo 53 e seus parágrafos, da Lei Complementar n.º 2, de 22-6-73. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Jr. Parecer favorável. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N.º 243-73, de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet. Suprime a partir de 1974, nos estabelecimentos de ensino do Estado, as aulas aos sábados, cumprindo-se no mínimo 180 e 190 dias de trabalho escolar. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Jr. Parecer favorável. Aprovado. 8) — PROJETO DE LEI N.º 272-73, de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior. Veda desconto de qualquer natureza no vencimento, remuneração e proventos dos Servidores Públicos Estaduais Cíveis e Militares, sem expressa autorização. Relator o Sr. Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável. Aprovado. 9) — PROJETO DE LEI N.º 287-73, de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato. Denomina Grupo Escolar Parigot de Souza, o atual Grupo Escolar Alto da Glória, da cidade de Mandaguáçu. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável. Aprovado. 10) — PROJETO DE LEI N.º 289-73, de Comissão Especial para Criação do Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar. Cria o Fundo Estadual de Previdência Parlamentar (FEPPA) com personalidade jurídica própria, e dá outras providências. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 11) — PROJETO DE LEI N.º 205-72, de autoria do Se-

nhor Deputado Wilson Fortes. Declara de utilidade pública a Sociedade Amigos de Cruzeiro do Oeste, com sede e foro na cidade de Cruzeiro do Oeste. Relator Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Parecer favorável. Aprovado. 12) — PROPOSIÇÃO N.º 10-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 3-74, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com o Município de Corbélia, objetivando a implantação de complexos de Radiocomunicação de Fonia e Telegrafia, naquela comuna. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável com respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 13) — PROPOSIÇÃO N.º 29-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 5-74, encaminhando cópias autênticas dos convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de Amaporã e Santa Cecília do Pavão, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. Relator Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Parecer favorável. Aprovado, com o Projeto de Resolução em anexo. 14) — PROPOSIÇÃO N.º 247-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 90-73, encaminhando cópia de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com o Município de Cianorte, visando organizar o Serviço de Rádio Patrulha daquele Município. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 15) — PROPOSIÇÃO N.º 257-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 99-73, encaminhando cópias dos convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de Pérola D'Oeste e Piraí do Sul, para a implantação de complexos de Radiocomunicação de Fonia e Telegrafia. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. Foram apresentados, votados e aprovados os Relatórios apostos às PROPOSIÇÕES N.ºs. 17-74, 19-74, 41-74 e 218-73, todos concluindo que os Vetos estão em condições de serem apreciados pelo Plenário. O Veto contido na Proposição n.º 35-74, recebeu parecer no sentido de ser encaminhado à Mesa a fim de ser aquilado, considerando que o mesmo está fora de prazo para apreciação em Plenário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Fabiano Braga Côrtes, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão. Sala das Reuniões, em 3 de abril de 1974.

aa) Fabiano Braga Côrtes — Presidente
Rita Celestino Soares — Secretária

COMUNICAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA

ATA DA 1.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de abril de um mil novecentos e setenta e quatro, às quinze horas, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras

Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do senhor deputado Francisco Borsari Neto, presentes os seguintes senhores deputados, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel e Antonio Belinati, havendo número legal o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, passando-se de imediato à ORDEM DO DIA — PROJETO DE LEI N.º 238-73 — de autoria dos senhores deputados Jorge Sato e Paulo Poli, que transfere para a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a sede do Município de Itambé a Rodovia PR-13 (Campo Mourão - Maringá), relator o senhor deputado Lázaro Dumont, que ofereceu parecer favorável, o qual foi aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será pelo senhor presidente assinada, bem como por mim secretário.

aa) Francisco Borsari Netto — Presidente
Roberto Diniz Satyro — Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 1.a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Reuniões, às treze e trinta horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quielise C. da Silva e contando com as presenças dos Senhores Deputados João C. Fadel, Alvaro Dias, Gilberto Carvalho, Olavo Ferreira e Igo Losso. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes Projetos: — PROJETO DE LEI N.º 06-74 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 110-73, encaminhando anteprojeto de lei complementar que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado. Relator Senhor Deputado Quielise C. da Silva, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 09-74 — de autoria do Senhor Deputado Olavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo, criar as "Áreas Climáticas", do Estado e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 14-74 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 08-74, encaminhando anteprojeto de lei que suspende, até 30.07.75, a aplicação das restrições de remuneração previstas no número 2, do Art. 6.º, no número I, do Art. 14 e no Parágrafo 2.º do Artigo 52, da Lei n.º 6.417 de 03.07.73 (Código de Vencimentos da P.M.E.) — Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa) Quielise C. da Silva — Presidente
Teresinha B. Moura e Claro — Secretária